

lobby

Garibaldi pedirá que Câmara aprove regras

página 7

aposentados

CAS aprova reajuste, mas impasse perdura

página 5

gravata

Traje formal gera calor e gasto de energia

página 12

cidadania

Cotas para tentar reduzir desigualdades

O sistema de cotas no Brasil é abrangente. Nas universidades federais, por exemplo, existem vagas exclusivas para negros e índios. Veja nesta edição outras instituições que reservam cotas e quem pode usufruir delas.

página 16

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15



Duas MPs anticrise aguardam pauta limpa

Análise das Medidas Provisórias 442 e 443, que socorrem bancos com problemas de caixa, depende da votação de outras duas MPs, que concedem aumentos a servidores públicos

A Medida Provisória 442, a primeira editada pelo governo para conter os efeitos no Brasil da crise financeira internacional, passa a trancar a pauta do Plenário a partir desta quinta-feira, quando vence o prazo de tramitação de 45 dias. Ela permite que o Banco Central preste socorro financeiro a bancos com problemas de caixa, tomando a carteira de créditos dessas instituições como garantia. Outra medida anticrise, a MP 443 chegou ao

Senado na semana passada, depois de aprovada na Câmara. O texto autoriza a compra de bancos em dificuldades pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Mas o exame dessas medidas depende da votação de outras matérias, que têm prioridade no Plenário. São elas as MPs 440 e 441, que concedem aumentos a servidores públicos federais, e o Projeto de Lei da Câmara 130, que cria cargos na área social do governo.

página 3



Professor de escola pública no Paraná escreve em quadro-negro danificado: baixos salários, condições de trabalho inadequadas e falta de segurança

Piso nacional para professor vai parar no Supremo

Governadores de cinco estados questionam na Justiça a lei que, em julho, fixou o piso salarial para os docentes da rede pública. Eles alegam elevação nos gastos dos estados e quebra do pacto federativo. No Senado, Cristovam Buarque e Ideli Salvatti criticaram a ação.

páginas 8 e 9

debates

Mesquita Júnior registra os 119 anos da República

Para o senador, é preciso buscar nos fatos ocorridos no período lições e inspirações que orientem o Brasil em seus caminhos em direção ao futuro

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou, na sexta-feira, vários fatos históricos ocorridos nesses 119 anos da República, cuja proclamação foi celebrada no dia 15, último sábado.

– Além de comemorarmos a data, mais importante é registrarmos os fatos ocorridos de lá para cá, na busca de lições e inspirações que nos orientem nos caminhos do futuro.

Mesquita Júnior falou sobre o centenário da Independência, celebrado no governo de Epitácio Pessoa num momento em que, segundo o senador, a nação estava interessada em discutir o passado e também “em perquirir



Mesquita Júnior avalia que o momento é de convocar os estadistas para uma reflexão sobre a crise financeira

sobre o nosso futuro”. Lembrou, no entanto, que as comemorações ocorreram sob estado de sítio, “um trágico indicador daquela fase conturbada da Re-

pública Velha”.

– O estado de sítio turbou as comemorações da Independência, mas despertou, também, a consciência do país para um período de sucessivas insurreições militares.

Segundo o parlamentar, o momento atual é de convocar os

estadistas “que ainda restam no país” para uma reflexão a respeito da crise financeira que atinge o mundo e já registra conseqüências no Brasil.

Tião Viana alerta para a gravidade e a expansão da hepatite delta

A decisão da Secretaria de Vigilância à Saúde que, na semana passada, incluiu a hepatite delta – também conhecida como hepatite D ou febre negra de Lábrea – nas discussões das diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde foi elogiada por Tião Viana (PT-AC). O senador considera que a determinação representa um passo decisivo para combater a doença, que atinge, basicamente, a Amazônia Ocidental.

Viana leu carta do hepatologista Raimundo Paraná – um alerta para a gravidade da do-

ença, que está em expansão – e afirmou que a hepatite D é uma das doenças mais negligenciadas no mundo, já que a Europa e os Estados Unidos a consideravam sob controle e só agora devem voltar a pesquisá-la.

O senador, que é médico, lamentou que as portarias sobre hepatite do Ministério da Saúde não possuíam “um parágrafo sequer” sobre a doença, considerada um caso único entre as viroses humanas, já que é um vírus parasita de outro (o Delta só infecta pacientes já infectados pelo vírus da hepatite B).

Virgílio apresenta projeto para ajudar estudante disléxico

A apresentação de um projeto dispondo sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia nos estudantes da educação básica foi anunciada por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O senador também anunciou a apresentação de proposta para classificar a chamada “síndrome do escrivão” como deficiência física. Ele requereu ainda voto de louvor ao jornal *O Liberal*, de Belém, e ao Atlético Rio Negro Clube, de Manaus, pela passagem de seus aniversários.

Mão Santa aponta erro no tratamento aos aposentados

Ao registrar a passagem do 119º aniversário da República, comemorado em 15 de novembro, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o presidente Lula e todo o Estado brasileiro “estão errados”, pela forma como vêm tratando os aposentados.

– Eles trabalharam 30, 35 anos. Nós assumimos as suas aposentadorias e os seus valores, e agora nós não estamos cumprindo – reclamou.

Em outro discurso, o senador advertiu para o aumento de preços de produtos, principalmente dos alimentos da cesta básica, “que vêm sendo apontados como os vilões da inflação”. Ele usou como base reportagem do



GERALDO MAGELA

Mão Santa alerta para o aumento de preços que vem sendo registrado, especialmente dos alimentos

Diário do Povo, de Teresina, que denuncia o comprometimento de 41% dos salários com os produtos alimentícios.

Heráclito cobra do governo reajuste para benefícios da Previdência

Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou o governo por dizer, segundo ele, que não tem dinheiro para aumentar as aposentadorias mas anistia organizações filantrópicas que praticaram irregularidades. A medida, afirmou, representa perda de mais de R\$ 4 bilhões para os cofres públicos.

O senador referia-se às informações de que o governo pretende impedir, na Câmara, a aprovação de projetos que beneficiam aposentados.

– Tudo bem se o governo propusesse um acordo de reposição gradativa aos aposentados. Mas dizer que não tem dinheiro é inaceitável.

CIRURGIA PLÁSTICA

O Senado homenageou na última quarta-feira, em sessão especial, os 60 anos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a requerimento de Heráclito Fortes (DEM-PI). Segundo o senador, a entidade representa um foro de excelência da medicina, “e está mais voltada à recuperação de acidentados e desfigurados do que à estética”.

TEATRO DO SESC

Na última terça-feira, o Congresso homenageou os 40 anos do Teatro Experimental do Serviço Social do Comércio do Amazonas (TSesc). A sessão solene foi requerida por Adelmir Santana (DEM-DF). O senador ressaltou a importância da comemoração “em um país em que grupos artísticos e atividades culturais têm vida efêmera”.

comissões

Terça-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Fundo Soberano – Audiência pública debaterá proposta de criação do Fundo Soberano com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Roraima – Audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia deve discutir aspectos institucionais do estado de Roraima, com a presença do governador José de Anchieta Júnior.

11h – EDUCAÇÃO

Professores – Entre os 23 itens em pauta, será analisado projeto que institui a residência educacional para professores da educação básica.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Madeira legal – A comissão discute o projeto que obriga a constar,

no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações sobre a forma de descarte; e a proposta que dispõe sobre o controle de obras públicas inacabadas.

14h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pesquisas – Audiência pública sobre o projeto que estabelece punições para as violações às normas para pesquisas que envolvem seres humanos. Devem participar, entre outros, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e a presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Marlene Braz.

14h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Amazônia – Audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a atuação do órgão na região.

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Sigilo – Audiência pública conjunta sobre sigilo telefônico. Devem participar representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das empresas TIM, Vivo, Claro, Oi e Brasil Telecom.

10h – INFRA-ESTRUTURA

Fusão – Audiência pública debaterá a fusão das empresas Oi e Brasil Telecom com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, e o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

OAB – Comissão deve votar, entre 26 itens, projeto que concede desconto de 2% sobre o valor total das multas aplicadas no período de um ano ao motorista que não tenha cometido infrações de trânsito durante três anos consecutivos.

10h – EDUCAÇÃO, ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

Infância – Dentro da programação da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, as

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Hora do expediente – Votação de requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti solicitando ao TCU informações sobre repasses da Funasa ao Conselho Indígena de Roraima.

Remuneração – A pauta do Plenário está trancada por duas medidas provisórias que reestruturam várias carreiras

do serviço público.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão Especial

Infância – Lançamento do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

comissões realizam audiência com o médico português João Gomes Pedro, o professor Vital Didonet, do Distrito Federal, e o psicanalista uruguaio Victor Guerra.

Quinta-feira

10h – INFRA-ESTRUTURA

Metró – Audiência discutirá a conservação e manutenção da via

permanente do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais. Foi convidado para o debate o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

10h – DIREITOS HUMANOS

Violência – Audiência pública tratará da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, que no Brasil ocorre de 20 de novembro a 10 de dezembro.

crise

MP de socorro aos bancos privados chega ao Senado

Segunda medida provisória anticrise financeira editada pelo governo federal tranca a pauta do Plenário a partir de 6 de dezembro

Chegou ao Senado na semana passada o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/08, oriundo da Medida Provisória (MP) 443/08, que autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprarem – sem licitação – outras instituições financeiras. A proposta é uma das medidas adotadas pelo governo para socorrer instituições afetadas pela crise financeira internacional.

A medida foi editada no dia 22 de outubro. Portanto, o prazo para que o texto seja analisado antes de começar a trancar a pauta do Senado (45 dias) termina em 6 de dezembro.

O projeto permite que o BB e a Caixa adquiram, além de bancos públicos e privados, empresas

de seguros, de previdência privada, de capitalização e outras previstas na Lei 4.595/64, que regulou a política e as instituições monetárias, bancárias e de crédito e que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para comprar tais empresas, o BB e a Caixa deverão contratar empresas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não tenham interesses nas empresas sujeitas à avaliação. Banco do Brasil e Caixa também poderão reter parte do valor a pagar pelo banco que estão comprando para cobrir eventuais rombos financeiros não identificados previamente.

A proposta autoriza ainda a criação da empresa Caixa – Banco de Investimentos S.A, subsidiária da Caixa, com o objetivo de atuar como banco de investimento.

Reunião com lideranças decide votações até o final do ano

Está marcada para esta terça-feira reunião entre o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e lideranças da Casa para decidir a pauta de votações até o dia 22 de dezembro, quando o Congresso deve entrar em recesso.

O presidente ainda não arrisca afirmar quais projetos poderão constar da pauta, mas adiantou que a reforma tributária não deverá constar desse pacote.

Uma das modificações feitas pela Câmara foi a fixação de prazo para que BB e Caixa possam comprar as instituições financeiras. Esse prazo será até 30 de junho de 2011, mas poderá ser prorrogado por mais um ano pelo governo.

A proposição acrescentou ainda artigo para criar, no Congresso, a Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira, destinada a fiscalizar as operações realizadas com base na MP 443. O Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa deverão encaminhar à comissão mista relatórios sobre as operações de compra realizadas, até o final do mês seguinte ao da conclusão do negócio.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse na quarta-feira que solicitou a cooperação dos partidos de oposição para a apreciação rápida da MP 443.

– Essa MP merece, da parte da oposição, uma certa compenetração e, por isso, devemos ter uma atitude de cooperação, a não ser que exista algo no texto que não se justifique. Por isso, a atitude é a de cooperação, tendo em vista a situação, não que o país atravessa, claro, mas, sim, que o mundo enfrenta – disse.

Antes da MP 443, o Senado tem outras prioridades. Os primeiros da fila são outras duas medidas provisórias, que tratam de aumento de servidores (MPs 440 e 441) e estão trancando a pauta, e um projeto de lei (PLC 130) que cria cargos no governo federal e tramita em regime de urgência.

– A reforma tributária, acho difícil. Só se for uma convocação presidencial para se trabalhar no recesso – disse o presidente do Senado.

Pelo calendário oficial do Senado, o recesso parlamentar inicia-se no dia 23 de dezembro e estende-se até 1º de fevereiro. No retorno às atividades, os senadores devem eleger o seu novo presidente.

Garibaldi pediu ajuda aos partidos para votação rápida



Arlindo Chinaglia (E), entre deputados, durante a votação da medida provisória pela Câmara na semana passada

Rigor fiscal e investimentos, as saídas viáveis

O economista Armínio Fraga, último presidente do Banco Central do governo Fernando Henrique Cardoso e antecessor do atual, Henrique Meirelles, disse em debate da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que é viável e necessária a disseminação de mecanismos globais para regular melhor o sistema financeiro. Mas afirmou que a instituição de um banco central mundial é de difícil implementação, embora pareça a ele uma idéia interessante.

Ao comentar alternativas para o Brasil diante da crise financeira global, Fraga observou ser importante que o governo, além de administrar o dia-a-dia, sinalize com reformas – como disse, “plante as sementes” – que garantam um equilíbrio fiscal de longo prazo e alavanquem a infra-estrutura do país.

Questionado sobre a possibilidade de a cotação do dólar alcançar o patamar de R\$ 3, o ex-presidente do Banco Central avaliou que “sempre existe

algum risco, mas não seria razoável”.

– Eu não creio, não é minha expectativa, mas não é impossível – afirmou.

No momento atual, segundo Armínio Fraga, é impossível propor um ajuste fiscal mais rigoroso, mas essa questão precisará ser abordada. Ao governo, como assinalou, cabe administrar o “jogo delicado das expectativas do mercado” e, para isso, ele conta com o suporte de suas reservas cambiais, em dólares.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que também participou do debate, afirmou que o governo deve manter os investimentos, em vez de reduzi-los. E deve concentrar os recursos nos setores com maior “efeito multiplicador” – ou seja, aqueles capazes de induzir novos investimentos em outros segmentos da economia. Para o economista, o corte de investimentos seria um “desastre”. Segundo Belluzzo, o país tem condições de atenuar a desaceleração da atividade econômica por meio dos investimentos públicos.



Armínio Fraga (E), senador Aloizio Mercadante e Gonzaga Belluzzo (ao fundo): debate sobre soluções para o Brasil superar a crise financeira internacional

Mercadante diz que controlar gastos é essencial

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que “não se pode continuar com o aumento de despesas com pessoal, como ocorria no período em que o país crescia fortemente e a receita melhorava, nem será possível repor perdas de aposentados e pensionistas, no curto prazo, com o atual cenário de crise”.

– É evidente que seria ótimo fazer tudo isso, mas não podemos fazê-lo neste momento – completou.

Na sua opinião, o governo federal precisa concentrar seus gastos na manutenção do nível de emprego e no crescimento econômico, “pois será isso que permitirá, em um futuro

próximo, melhorar tanto os salários do funcionalismo público quanto a vida de aposentados e pensionistas”.

– O governo precisa investir mais e, ao mesmo tempo, diminuir os gastos correntes. Fora disso, é demagogia – afirmou.

O presidente da CAE fez esses comentários no dia após a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovar, em decisão terminativa (sem votação em Plenário), uma proposta que prevê correção anual para aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social. A CAS acolheu substitutivo a projeto de lei (PLS 58/03) do senador Paulo Paim (PT-RS), que ainda será analisado pela Câmara.

Mercadante também defendeu a ampliação, pelo governo, da liberação dos depósitos compulsórios (percentual dos depósitos à vista feitos nos bancos, que devem obrigatoriamente ser retidos no Banco Central). O senador argumentou que isso é necessário para “irrigar” a economia – ou seja, aumentar a liquidez – porque, segundo ele, “o crédito não está chegando na velocidade necessária, especialmente para micro e pequenas empresas”.

– No caso do crédito, é melhor o governo errar para mais do que para menos – assinalou o senador Aloizio Mercadante, após o debate com os economistas na CAE.

decisões

CAE aprova legalização de microempreendedor

Projeto permite que pequenos negócios que faturem até R\$ 36 mil por ano possam aderir ao Simples. Medida vai ao Plenário, após sofrer emendas

Brasileiros que possuem pequenos negócios com faturamento anual de até R\$ 36 mil terão incentivo maior para legalizar suas atividades e, com isso, contar com a proteção da Previdência Social. Projeto originário da Câmara dos Deputados (PLC 128/08), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê que esses empreendedores terão direito de aderir ao Simples Nacional pagando uma contribuição mensal à Previdência estipulada em percentual fixo de 11% do salário mínimo – hoje R\$ 45,65.

Ao valor será acrescido ainda encargo de R\$ 1 de ICMS, no caso de atividades no ramo industrial ou comercial, e de R\$ 5, quando se tratar de prestação de serviço.

O Simples Nacional é o regime tributário simplificado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aprovado pelo Congresso em 2007 (Lei 123/06-Complementar).

Quem fatura até R\$ 36 mil por ano fará parte da categoria do Microempreendedor Individual (MEI), que entra em vigor em julho de 2009. A proposta também envolve outras modificações no Supersimples, como a ampliação do leque de serviços que podem se beneficiar do seu regime de tributação simplificado.

Se a matéria for aprovada e sancionada nos termos previstos na CAE, poderão aderir pequenas e microempresas dos ramos de representação comercial, corretagem de seguro, paisagismo e decoração, serviços escolares, escolas técnicas, além de clínicas médicas e odontológicas.

Uma das emendas assegura a opção ao Simples de serviços de contabilidade, desde que os prestadores se comprometam com a oferta de serviços gratuitos para a formalização de microempreendimentos dentro do MEI.

Agora, a matéria vai a exame em Plenário, com pedido de urgência acatado pela CAE por sugestão

do relator da matéria, Adelmir Santana (DEM-DF). Uma decisão rápida permitiria a entrada do projeto em vigor ainda em 2009. Por ter sido alterado no Senado, o projeto deverá retornar à Câmara para só depois seguir à sanção presidencial.

Adelmir Santana esclareceu que as modificações no texto da Câmara envolveram negociações com diversos órgãos do governo, inclusive a Receita Federal.



Relator da proposta, Adelmir Santana solicitou urgência para permitir que novas regras entrem em vigor em 2009

CAE autoriza US\$ 83 mi para Saúde da Família

Com o objetivo de beneficiar o Programa Saúde da Família, do governo federal, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pedido de empréstimo externo (Mensagem 209/08) de US\$ 83,45 milhões, que agora depende da concordância do Plenário.

Os recursos do Banco Mundial (Bird) financiarão parte do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II). O valor corresponde à metade do custo total do projeto (de US\$ 166,9 milhões). A outra metade será com verbas do governo federal.

Em seu parecer, o relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destaca que o projeto vai "aumentar o atendimento primário de saúde da família nos municípios qualificados, melhorar a qualidade técnica do atendimento primário e melhorar a eficiência e a efetividade dos prestadores de serviços de saúde da família.

O Plenário ainda vai decidir se autoriza os estados do Ceará e de Sergipe a contraírem empréstimos externos – respectivamente de US\$ 240 milhões e de US\$ 20,8 milhões, ambos junto ao Bird –, já autorizados na CAE. Goiânia teve aprovada operação de US\$ 56,7 milhões, a serem financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Também foi acolhido projeto (PLC 28/08) do governo federal que fixa encargos sobre os créditos do Banco Central não pagos na data do vencimento.

Empréstimo a servidor sem consulta ao SPC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto de lei (PLS 527/07) que acaba com a exigência de apresentação, pelo servidor público que compra imóvel utilizando o crédito consignado, da certidão negativa dos serviços de proteção ao crédito. Ou seja: o governo poderá autorizar o desconto na folha de pagamento sem a necessidade de consulta prévia a cadastros como o do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Isso seria válido para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Para ser confirmada, a matéria, que teve como relator o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), ainda tem de ser analisada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será votada em decisão terminativa. Emenda limita a dispensa de certidão negativa apenas aos servidores estáveis.

Segundo o autor, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), seu objetivo é "suprimir um entrave burocrático e, por conseguinte, simplificar e agilizar o processo de financiamento da casa própria do servidor". Ele também argumenta "que, nos casos de consignação em folha de pagamento, torna-se completamente desnecessária a exigência de certidão negativa desses cadastros, dado que todas as prestações serão descontadas em folha de pagamento, o que de antemão afasta o risco de inadimplência".



Senadores Lúcia Vânia, Jayme Campos e Delcídio Amaral, todos de estados do Centro-Oeste, durante a discussão do projeto que recria a superintendência

Se for recriada, Sudeco pode ter verbas já no ano que vem

Substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990, foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A nova Sudeco terá por meta promover o planejamento e o desenvolvimento sustentável de toda a região, além de ser um instrumento para fortalecer os setores industrial, agrícola e de serviços.

Com sede em Brasília, a Sudeco – que servirá aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e ao Distrito Federal – também terá por meta, a exem-

plo das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), reduzir os desequilíbrios regionais e sociais. O projeto de lei complementar (PLC 119/06) do Poder Executivo agora será analisado, em caráter final, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator-geral do projeto de lei do Orçamento da União para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), compareceu à reunião da CDR, defendeu a aprovação do projeto ainda este ano e disse que lutará para que a Sudeco receba os recursos necessários para viabilizar projetos.

Comissões acolhem emendas ao Orçamento da União para 2009

As comissões permanentes do Senado aprovaram as propostas de emendas ao Orçamento da União para 2009. Caberá ao relator-geral, senador Delcídio Amaral, adaptar os valores às disponibilidades orçamentárias.

Na de Assuntos Sociais (CAS), os senadores aprovaram quatro emendas, totalizando R\$ 1,4 bilhão em recursos. Na de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), outras quatro propostas totalizaram R\$ 3,4 bilhões. Na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram votadas quatro emendas, todas voltadas para melhorias na área de segurança pública.

As quatro propostas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) totalizam R\$ 2,45

bilhões em indicações de despesas ao Orçamento de 2009. A de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinou R\$ 980 milhões. Por sua vez, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou três emendas, a maior delas de R\$ 270 milhões.

Já a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) endossou três emendas, no valor de R\$ 944 milhões. Quatro propostas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) somam R\$ 165 milhões; a de Serviços de Infra-Estrutura (CI), também quatro, totalizam R\$ 1,7 bilhão; e a de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) prevê gastos de R\$ 1,6 bilhão.

projetos aprovados

De 10 a 14 de novembro

➔ **PLS 73/08, do senador Paulo Paim (PT-RS)** – Estabelece o dia 26 de junho como o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes e institui a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, que incluirá a mesma data. Aprovado na Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 58/03, de Paulo Paim** – Aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social poderão ter os seus valores atualizados ano a ano para recuperar o valor do poder aquisitivo desses beneficiários

equivalente à data de concessão, em número de salários mínimos. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, vai à Câmara.

➔ **PLS 679/07, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP)** – Permite o interrogatório de presos por meio de videoconferência. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional lei estadual que permitia esse recurso no estado de São Paulo alegando que o procedimento deveria ser tratado por lei federal. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, vai à Câmara.

decisões

Projeto do Sacoleiro vai direto ao Plenário

O projeto do governo que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) para mercadorias importadas do Paraguai, destinado a regulamentar as atividades dos chamados sacoleiros, será examinado diretamente em Plenário. O anúncio foi feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da proposta (PLC 27/08) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Suplicy, a decisão foi tomada em reunião da liderança do governo com a Secretaria da

Receita Federal (SRF) e os relatores da proposta nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Pelo acordo, as três comissões vão preparar pareceres convergentes. Uma das emendas feitas no Senado à proposta proíbe o repasse de mercadorias adquiridas pelo RTU a comerciantes: os sacoleiros só poderão fazer venda direta aos consumidores.

Jornada de trabalho no campo pode ser alterada

A jornada de trabalho no campo deverá ser de, no máximo, 44 horas semanais, conforme projeto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Relatada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), a proposta (PLS 426/07) altera a lei (5.889/73) que regulamenta o trabalho rural e estipula que "a duração normal do trabalho, para o empregado rural, não será superior a oito horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

Normas para o serviço de mototáxi

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo a projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que estipula regras para o transporte de passageiros e bens em motocicletas e veículos similares, conhecido como serviço de mototáxi (PLS 353/03). O substitutivo passará por outra votação (turno suplementar) na próxima reunião da CCJ. O relator da matéria, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), disse que o serviço de mototáxi já foi regulamentado em algumas cidades, mas continua clandestino em muitas localidades.

Regulamentação da profissão de analista de sistemas é controversa

Uma audiência na Comissão de Justiça (CCJ) discutiu a regulamentação da profissão de analista de sistemas, proposta pelo senador Expedito Júnior (PR-RO) no PLS 607/07.

O professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Roberto Bigonha e o presidente da Socieda-

de Brasileira de Computação (SBC), José Carlos Maldonado, defenderam a liberdade de exercício da profissão. Mas o presidente do Sindicato de Profissionais de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, Antônio dos Santos, defendeu a regulamentação comparando com outras profissões, em que o exercício é restrito.



Garibaldi, Paim, Mário Couto e José Nery reúnem-se com o ministro da Previdência, José Pimentel (primeiro plano, à dir.). Projeto sobre aposentadoria foi relatado por Expedito Júnior (foto menor)

Comissão aprova nova regra para aposentados

Proposta reajusta aposentadorias e pensões para garantir o mesmo número de salários mínimos da época em que foram concedidas

Aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social poderão ter os seus valores atualizados ano a ano. A intenção é recuperar o poder aquisitivo desses benefícios, de forma a garantir o mesmo número de salários mínimos recebidos na data da sua concessão.

A proposta foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo – segue diretamente à Câmara, a não ser que haja recurso

exigindo votação em Plenário.

O projeto (PLS 58/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que serviu de base para o relatório do senador Expedito Júnior (PR-RO).

O texto cria o Índice de Correção Previdenciária (ICP), um novo parâmetro resultante da divisão do salário de benefício (a aposentadoria) pelo menor salário de benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social. Na data

da aposentadoria, cada segurado passará a ter o seu ICP, a ser usado para cálculo dos reajustes anuais.

O substitutivo fixa ainda uma regra de transição de cinco anos até que o poder de compra seja totalmente recuperado. O prazo também servirá para que os orçamentos sejam adaptados às despesas.

Paulo Paim disse que o projeto "faz apenas justiça" a aposentados e pensionistas.

Recuperação de benefícios volta a ser debatida em reunião nesta terça

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, promove nesta terça-feira mais uma reunião para tentar chegar a um acordo sobre a recomposição do poder de compra dos benefícios da Previdência Social.

A aprovação do PLS 58/03 de Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) levou Garibaldi a dizer que, diante da crise financeira internacional, "este não é o momento de reajus-

tar aposentadorias e pensões".

Deverão estar na reunião desta semana o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e o relator da proposta orçamentária para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Na semana passada, o encontro entre o ministro da Previdência, José Pimentel, e os senadores Paim e Mário Couto (PSDB-PA) terminou num impasse.

ESCOLARIZAÇÃO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou relatório da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que permite o desconto em dobro da contribuição patronal do Imposto de Renda Pessoa Física quando o empregado doméstico freqüentar a escola. O PLS 254/08 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois pode ser enviado diretamente para análise da Câmara. Segundo Cristovam, a proposta irá estimular a escolarização dos empregados domésticos.

agora é lei

Cartório é obrigado a exibir tabela com valor dos registros

As queixas freqüentes contra a cobrança indevida de registros públicos por alguns cartórios deverão diminuir com a sanção da Lei 11.802/08, publicada no *Diário Oficial* em 6 de novembro, que modificou o artigo 3º da Lei 6.015/73 sobre os registros públicos no Brasil.

A nova legislação obriga os

cartórios a afixarem, em locais de fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo os valores atualizados das custas e emolumentos, inclusive no que se refere à informação da gratuidade de fornecimento das certidões para as pessoas reconhecidamente pobres.

Os cartórios, desde a edição

da lei 9.534/97, já estavam proibidos de cobrar taxas ou emolumentos pela emissão de registro civil de nascimento e por assento de óbito, entre outros, de pessoas carentes. Mas cartórios em vários municípios do país vinham descumprindo a determinação.

Hoje, há também grande

desinformação sobre os custos dos serviços prestados pelos cartórios de registro público, embora registros, averbações, certidões e atos notariais, como reconhecimentos de firmas e autenticações, por exemplo, têm um preço geralmente fixado no regimento de custas publicado no *Diário Oficial* de cada um

dos estados da Federação.

Ainda para tornar o processo de concessão de certidões mais social e menos burocrático, entrou em vigor em 3 de outubro a Lei 11.789/08, que proibiu a inserção, nas certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.

decisões



Marco Maciel, presidente da CCJ, comanda a reunião: urgência na tramitação do projeto, que agora segue à Câmara

Interrogatório de presos a distância vai à Câmara

CCJ aprova projeto de Aloizio Mercadante que dá liberdade ao juiz para decidir sobre o interrogatório de presos por videoconferência

O projeto que torna possível o interrogatório de presos por videoconferência foi aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como teve modificações, inseridas pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta (PLS 679/07) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) foi votada em turno suplementar.

O texto agora segue para a Câmara. O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), pediu urgência na tramitação do PLS.

Mercadante enumerou, entre as supostas vantagens da videoconferência, a economia de recursos públicos no transporte de presos, a prevenção contra a fuga e a agilização dos processos judiciais. Outro aspecto, disse, é o fato de o projeto não tornar o

interrogatório por videoconferência uma regra, mas uma opção à disposição do juiz. Entre os motivos que levariam ao uso da videoconferência, estão os relacionados à segurança pública e à eventual dificuldade do réu para comparecer ao interrogatório.

– Mas se o juiz julgar indispensável a presença física do réu, ele assim o decidirá – ressalva Mercadante.

Telefonia pode ir além das grandes operadoras

Pequenas comunidades que não têm serviço de telecomunicação, por falta de interesse comercial das grandes operadoras, podem ganhar uma alternativa. A CCJ aprovou na semana passada projeto que institui a prestação de serviço de telecomunicação de interesse social, a ser operada por organizações da sociedade civil de interesse social (Oscips), sem

fins lucrativos. A proposta (PLS 124/06), do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), teve parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e determina que o serviço seja limitado a uma localidade ou município.

Para viabilizá-lo, Azeredo sugere que as Oscips sejam isentas de

taxas de licença e de fiscalização e de contribuições aos fundos de telecomunicações.

DESENVOLVIMENTO DO SUL

A CCJ aprovou audiências públicas para discutir o PLS 261/07, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), e o PLS 686/07, que cria pólo de desenvolvimento no Oeste do Rio Grande do Sul.

UNIVERSIDADE EM SERGIPE

Autorização para a criação, pelo Executivo, da Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, na cidade de Propriá, no Sergipe, foi aprovada pela CCJ.

O projeto (PLS 257/06), da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), segue agora à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

ENTIDADES ESTUDANTIS

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) será avaliado em audiência pública na CE. A sugestão é do senador Flávio Arns (PT-PR), que recebeu representantes da Coordenação Nacional de Entidades Estudantis, que contesta o aumento de vagas nas federais – 44 mil em 2009 – e pedem investimento nas universidades.

Aprovada criação do dia de combate às drogas

O dia 26 de junho de cada ano será celebrado como o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, de acordo com o Projeto de Lei do Senado 73/08, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Fica ainda instituída, conforme a mesma proposta, a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

Segundo o projeto, o poder público promoverá nesse período

do eventos destinados a “conscientizar a população sobre os efeitos danosos causados à saúde, à família e à sociedade pelo uso e pelo tráfico de drogas ilícitas”.

Durante a discussão da proposta, Paulo Paim relatou que o religioso Frei Davi vem sendo ameaçado de morte, no interior de Santa Catarina, por denunciar a crescente presença de traficantes de drogas em áreas rurais do estado.

IKEBANA

Três projetos de lei da Câmara receberam pareceres favoráveis da Comissão de Educação (CE). O PLC 55/08 institui o Dia Nacional da Ikebana, a ser celebrado em 23 de setembro. As outras duas propostas (PLC 62/08 e 60/08) dão nomes a trecho e viaduto em rodovias do país.

VARGAS

Os senadores da CE debateram o Projeto de Lei do Senado 107/08, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que inscreve o nome do ex-presidente Getúlio Vargas no *Livro dos Heróis da Pátria*. O relator do projeto, Pedro Simon (PMDB-RS), ressaltou as realizações econômicas e sociais de Vargas.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimentos para uma segunda audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado 83/06, que trata da idade mínima para o trabalho de ator, e para um debate sobre as “novas metodologias de ensino”.



Cristovam (E), presidente da Comissão de Educação, e Paim durante reunião em que foi aprovada proposta do senador gaúcho de combate às drogas

ProJovem para menores desamparados

Adolescentes entre 15 e 17 anos de idade considerados moradores de rua poderão ser beneficiários do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). É o que diz o PLS 241/08, do senador Expedito Júnior (PR-RO),

aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O ProJovem, destinado a jovens de 15 a 29 anos, tem o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano.

Projeto que tipifica a pedofilia vai a sanção

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira passada, sem modificações, o projeto de lei do Senado (PLS 250/08) que torna crime a posse de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes e que aumenta as penas dos crimes relativos à prática da pedofilia. O projeto, aprovado pelo Senado em julho, foi proposto pela CPI da Pedofilia e agora segue para a sanção presidencial.

O objetivo é tornar mais clara a legislação para melhor coibir a prática da pedofilia, intensificando o combate à produção, à venda, à distribuição e ao armazenamento de pornografia infantil, criminalizando condutas como a aquisição e a posse de material com esse tipo de conteúdo por meio da internet.

O texto define algumas situações agravantes que podem aumentar a pena em até um ter-

ço. Isso ocorrerá, por exemplo, se aquele que praticar o crime o fizer no exercício de cargo ou função pública, ou a pretexto de exercê-la. Também terá a pena ampliada o criminoso que tirar vantagem de relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade e se o crime for cometido por parente até terceiro grau ou que seja ainda tutor, curador, preceptor, empregador ou tenha autoridade sobre a vítima.

CPI e teles definem regras para combate à prática de pedofilia na internet

Representantes de nove empresas de telecomunicações e de provedores de serviços de internet reuniram-se semana passada com assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia para concluir uma minuta de proposta legislativa e de termo de cooperação visando ao combate à prática de pedofilia pela rede.

Também participaram da reunião representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de três associações de empresas do setor.

A proposta deverá ser apresentada pela CPI nesta semana, conforme disse Gláucio Ribeiro, chefe de gabinete do senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI.

especial

Sem regras claras, lobby flerta com a corrupção

Garibaldi Alves pedirá ao presidente da Câmara que inclua na pauta projeto já aprovado pelo Senado em 1989. CGU defende regulamentação

Nas democracias, interesses econômicos ou políticos se expressam não apenas nas eleições, mas também no Congresso ou nos gabinetes onde se tomam decisões. A pressão sobre autoridades e órgãos públicos, legítima e bem-vinda nesses sistemas de liberdade, é cada vez mais organizada nos grupos de pressão e no chamado **lobby**.

Porém, a atividade de mediação de interesses não raro extrapola limites éticos. É quando, em vez de argumentos para convencer o agente público, o defensor de determinada idéia ou política oferece vantagens. E, assim, uma prática que pode e deve ser legítima, envereda para a corrupção e o tráfico de influência, que estiveram no centro de recentes escândalos nos últimos anos.

Para formalizar o *lobby* e diminuir a conotação pejorativa que a palavra tem hoje em dia, a Controladoria Geral da União (CGU) e o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, se esforçaram, na semana passada, para elevar a prioridade da regulamentação da atividade na agenda nacional.

Garibaldi se comprometeu a conversar com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para incluir o projeto que define regras para o *lobby* na pauta do Congresso. Uma proposta do senador Marco Maciel (DEM-PE), apresentada em 1984, foi aprovada em 1989 pelo Senado, e desde 1990 tramita na Câmara (veja matéria ao lado).

– É uma ameaça às instituições e uma possibilidade concreta de corrupção, quando [o *lobby*] não é regulamentado. Não pode continuar assim, uma figura sempre infiltrada nos gabinetes. Precisamos acabar com o *lobby* clandestino e fazer aparecer o

lobby certo, das pessoas físicas e jurídicas. Acabar com a sua clandestinidade é fazer emergir o verdadeiro *lobby* – afirmou Garibaldi.

Na última sexta-feira, Marco Maciel voltou a defender sua proposta. Ele salienta que, ao regulamentar a atividade, a própria participação política da sociedade tende a se disseminar.

– Esse é um dos temas mais relevantes da agenda política contemporânea e que tem muito a ver com a democracia participativa – disse, lembrando que o *lobby* ocorre não só junto ao Congresso, mas também ao Executivo e ao Judiciário.

Para o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, a pior maneira de tratar o *lobby* é fazer de conta que ele não existe.

– Isso acaba por transformar o *lobby* em atividade clandestina e descamba para o ilícito, aparecendo em sua forma criminosa, captada nas intercepções telefônicas. O *lobby* é a defesa de interesses, isso faz parte do jogo democrático, desde que obedeça a regras iguais para todos e que respeite limites

éticos – afirmou na abertura do *Seminário Internacional de Interesses – A Regulamentação do Lobby no Brasil*, realizado na semana passada, em Brasília (leia mais ao lado).

Quanto mais burocracia para, por exemplo, liberar recursos públicos, mais importante pode ser o *lobby* para desemperrar processos, facilitar e acelerar negociações, usando, para isso, inclusive argumentos técnicos. O instrumento, então, pode ser útil para a democracia.

Mas outro problema apontado no *lobby* é o poder econômico. Assim, grupos que dispõem de mais dinheiro podem se organizar e fazer *lobbies* mais efetivos.

Defesa legítima de interesses faz parte do jogo democrático

Palavra inglesa que quer dizer ante-sala, ou sala de espera, passou a ser usada para as ações de uma pessoa ou grupo para influir na opinião ou na decisão de um agente público. Para isso, com técnicas de relações públicas, são fornecidas informações do setor sobre o qual se tem interesse. O termo foi adotado nos Estados Unidos, onde, no século 18, agricultores do estado da Virgínia esperavam nos *lobbies* por audiências com parlamentares para fazer suas reivindicações.



Mesa de debatedores no seminário internacional promovido pela CGU: tema divide donos das empresas de lobby

Governo prepara novo projeto e ouve especialistas

Um seminário internacional promovido pela CGU reuniu subsídios para a elaboração de um novo projeto para regulamentação do *lobby* junto ao governo. Participaram especialistas estrangeiros, parlamentares, autoridades do governo, acadêmicos e donos de empresas de consultoria e *lobby*.

A elaboração de uma nova proposta é uma das metas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, que tem o apoio do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado em 2003 e comandado pelo ministro-chefe da CGU, Jorge Hage.

Apesar de ser consultor para a elaboração de leis sobre *lobby*, o

professor de Ciência Política da Universidade do Alaska, Clive Thomas, disse que o Brasil tem que enfrentar a regulamentação do tema sem copiar ninguém. “A questão é política. A solução tem que ser brasileira”, afirmou.

Para Luiz Alberto dos Santos, subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil, apesar de o *lobby* ser mais nítido no Legislativo, por ser mais transparente, é possível que uma lei abarque a regulamentação da atividade em todos os Poderes.

Porém, Murilo Aragão, da consultoria Arko Advice, acha desnecessária uma legislação sobre o assunto, por já existirem penas

para corrupção, tráfico de influência e advocacia administrativa no Código Penal. Por outro lado, Eduardo Carlos Ricardo, da Patri Relações Governamentais, contrário à auto-regulamentação da atividade, defende uma lei federal com regras para o *lobby* e, ainda, nova legislação sobre o acesso à informação e uma reforma na tipificação dos crimes.

– Eu entendo que, mais dia menos dia, teremos que ter algum tipo de regulamentação, mas ela não eliminará o lobista desonesto – afirmou, realista, Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública do governo e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal.

Criar lei é tarefa complexa, alerta cientista político

Normatizar o *lobby* é uma tarefa complexa. Afinal, a atividade se confunde com a própria circulação de informação e interesses na democracia, que funciona de acordo com a cultura política local.

– Definir o que é *lobby* e quem é o lobista não é fácil. Muito menos incluir essas definições em lei, já que é muito complicado lidar com interesses velados. É preciso ser realista e lembrar que há muita gente com medo de perder poder com uma nova lei – argumenta o cientista político e especialista em legislação sobre *lobby*, Clive Thomas, da Universidade do Alasca.

Uma mostra disso é que a proposta do senador Marco Maciel, apesar de aprovada pelo Senado em 1989, aguarda votação na Câmara desde 2003. O projeto determina a obrigatoriedade de identificação das empresas e pessoas que fazem *lobby* com prestação de contas à Receita Federal. Elas deverão usar crachá e indicar os interessados em seus serviços e as matérias para as quais vão trabalhar pela aprovação ou rejeição.

O projeto se limita à regulamentação do *lobby* no Congresso. Maciel lembra que, à época, houve muita dificuldade de estender as regras ao Executivo e ao Judiciário, pois foi visto como interferência do Legislativo sobre os demais Poderes. Luiz Alberto dos Santos, subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil, afirma que o projeto já está defasado. Afinal, ele foi inspirado na lei americana de 1946, já considerada falha e alterada duas vezes desde que a proposta de Maciel foi aprovada no Senado.

Esse problema seria sanado por um projeto mais moderno (PL 1.207/07), do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que estabelece a Controladoria Geral da União como responsável pelo registro de lobistas junto ao Executivo.

EUA regulamentaram atividade há 62 anos

Maior e mais tradicional democracia do mundo, os Estados Unidos resolveram estabelecer limites para atividades de representantes de interesses privados junto a agentes públicos em 1946, quando foi aprovada a Federal Regulation of Lobbying Act (Regulação Federal das Ações de Lobby).

Apesar de fazer com que muitas empresas e pessoas se registrassem como lobistas, a lei não foi capaz de impedir uma crise no início da década de 90, ao ser revelada a ação de Jack Abramoff, que ofereceu viagens e presentes para agentes públicos no Executivo e no Congresso. Com isso, a legislação foi aperfeiçoada em 1995 e passou por uma nova reforma no ano passado. As regras para o *lobby* de interesses estrangeiros são mais rígidas.

Hoje em dia, há mais de 3,7 mil entidades registradas para fazer *lobby* no Congresso americano, com representantes cadastrados e prestando contas semestralmente sobre o que fazem e sobre como utilizam os recursos que recebem. Todos os 50 estados americanos e diversas cidades também têm legislações para regulamentar a atividade. Existem até cursos de graduação ou pós-graduação que formam lobistas.

A prática prova que uma lei não resolve todos os problemas e nem fechará todas as portas para a corrupção, mas regras fazem com que a atividade seja mais transparente e que os desvios sejam identificados e punidos com rigor.

Tanto que, apesar de dispor de uma legislação atual, o presidente eleito Barack Obama anunciou limites severos para os lobistas. Os lobistas federais não poderão contribuir financeiramente ou dar presentes a agentes públicos que trabalhem na transição. Além disso, se alguma pessoa fez *lobby* nos últimos 12 meses, não vai poder trabalhar em áreas do governo expostas a lobistas.

Na União Européia já houve diversas tentativas de adotar uma regulamentação mais específica. Em 2006, foi aprovado documento que oferece princípios para a atuação dos cerca de 15 mil lobistas, organizações não-governamentais e outros grupos de pressão.

educação

Piso nacional para professor é contestado no STF

Cinco governadores recorreram contra a lei de julho passado que estabeleceu o pagamento mínimo de R\$ 950 para todos os docentes da rede pública

Mobilização nacional dos professores, críticas no Congresso e do próprio ministro da Educação. A decisão de cinco governadores de questionar, na Justiça, a lei que criou, em julho, o piso salarial para os docentes da rede pública provocou reações negativas, misturadas à disputa que começa a se formar para a sucessão do presidente Lula. E levantou de novo a discussão sobre a divisão de responsabilidades entre União, estados e municípios.

Com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), os governadores Yeda Crusius (PSDB-RS), Luiz Henrique (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR), André Puccinelli (PMDB-MS) e Cid Gomes (PSB-CE) questionam

a Lei 11.738/08, que define a jornada de trabalho dos professores, a partir de 2010, transforma o piso nacional em vencimento básico e estabelece o reajuste anual automático do valor do piso.

Eles destacam que, além da questão financeira, a autonomia dos

estados está em jogo (veja matéria ao lado). Por essa interpretação, os dois primeiros dispositivos constituem "ingerência no contrato de trabalho dos governos dos estados e municípios com seus professores, num desrespeito ao pacto federativo". O reajuste automático, com base em índice oficial de inflação, representaria "a reindexação da economia brasileira".

A ação questiona a denominação "vencimento básico" – em vez de "piso salarial" –, sem contemplar gratificações, que passam a ser horas extras. Segundo os estados, a obrigatoriedade de um terço da carga horária dos professores para atividades extraclasse exigirá contratações sem que haja orçamento.

A ADI pede a concessão de liminar (suspensão imediata a Lei 11.738/08, que define a jornada de trabalho dos professores, a partir de 2010, transforma o piso nacional em vencimento básico e estabelece o reajuste anual automático do valor do piso. Eles destacam que, além da questão financeira, a autonomia dos

estados está em jogo (veja matéria ao lado). Por essa interpretação, os dois primeiros dispositivos constituem "ingerência no contrato de trabalho dos governos dos estados e municípios com seus professores, num desrespeito ao pacto federativo". O reajuste automático, com base em índice oficial de inflação, representaria "a reindexação da economia brasileira".

A ação questiona a denominação "vencimento básico" – em vez de "piso salarial" –, sem contemplar gratificações, que passam a ser horas extras. Segundo os estados, a obrigatoriedade de um terço da carga horária dos professores para atividades extraclasse exigirá contratações sem que haja orçamento.

A ADI pede a concessão de liminar (suspensão imediata a Lei 11.738/08, que define a jornada de trabalho dos professores, a partir de 2010, transforma o piso nacional em vencimento básico e estabelece o reajuste anual automático do valor do piso. Eles destacam que, além da questão financeira, a autonomia dos

estados está em jogo (veja matéria ao lado). Por essa interpretação, os dois primeiros dispositivos constituem "ingerência no contrato de trabalho dos governos dos estados e municípios com seus professores, num desrespeito ao pacto federativo". O reajuste automático, com base em índice oficial de inflação, representaria "a reindexação da economia brasileira".

Valor básico vai ser superior a R\$ 1 mil em janeiro de 2009

O Orçamento federal para a educação em 2009 está previsto em R\$ 48 bilhões. Nesse caso, o piso salarial nacional dos professores poderá ser superior a R\$ 1 mil, com a correção pela inflação, caso se confirme, em votação pelo Congresso, os R\$ 48 bilhões reservados para a educação em 2009. O valor em lei (mínimo de R\$ 950) refere-se aos professores com formação de nível médio. Os que têm diploma de curso superior deverão ter remuneração ainda maior.

A Lei 11.738, aprovada em julho, determina que o valor seja atualizado sempre em janeiro, a partir de 2009, incidindo sobre ele a mesma correção aplicada ao Fundo da Educação Básica (Fundeb) referente aos anos iniciais do ensino fundamental – no caso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. Tal indicador acumulou 5,77% de janeiro a

outubro, o que já representaria um aumento de R\$ 54,83 no piso de R\$ 950. Mesmo sem contar a variação de novembro e dezembro, o valor irá superar a barreira dos R\$ 1 mil. Segundo declarou o ministro Fernando Haddad, outro ponto a ser lembrado é que a carreira do magistério exige agora uma nova regulamentação. "Toda a progressão vai estar normatizada, com balizas e parâmetros nacionais, para que prefeitos e governadores, além da própria União, possam atender às justas reivindicações dos professores brasileiros", assinalou.

Sobre a Adin impetrada pelos governadores, Haddad voltou a afirmar que considera constitucional a lei do piso e foi incisivo nas críticas.

– Um país que não pode pagar R\$ 1.000 para um professor que cuida de 30 crianças não pode pretender ser um país desenvolvido – enfatizou.

Mesmo com novo piso, Brasil segue lá embaixo

Comparativo dos valores pagos em início de carreira, relativos à remuneração bruta anual para 40 horas de trabalho semanais

País	Piso (em US\$)
Alemanha	38.412
EUA	28.681
Austrália	27.980
Espanha	26.875
Coreia do Sul	25.177
Itália	23.537
Reino Unido	23.297
França	21.702
México	11.703
Portugal	19.585
Chile	11.631
Argentina	8.181
Brasil (1)	5.855
Peru	5.597

(1) Estimado valor mensal de R\$ 1.000 x 13 salários e dividido pela cotação de R\$ 2,22 por dólar



Fonte: "Incentives to Improve Teaching", de Emília Viegas, publicação do Banco Mundial. Dados dos demais países relativos a 2001. Conversão dos valores para dólares levando em conta o poder aquisitivo de cada moeda local.

estados está em jogo (veja matéria ao lado). Por essa interpretação, os dois primeiros dispositivos constituem "ingerência no contrato de trabalho dos governos dos estados e municípios com seus professores, num desrespeito ao pacto federativo". O reajuste automático, com base em índice oficial de inflação, representaria "a reindexação da economia brasileira".

A ação questiona a denominação "vencimento básico" – em vez de "piso salarial" –, sem contemplar gratificações, que passam a ser horas extras. Segundo os estados, a obrigatoriedade de um terço da carga horária dos professores para atividades extraclasse exigirá contratações sem que haja orçamento.

A ADI pede a concessão de liminar (suspensão imediata a Lei 11.738/08, que define a jornada de trabalho dos professores, a partir de 2010, transforma o piso nacional em vencimento básico e estabelece o reajuste anual automático do valor do piso. Eles destacam que, além da questão financeira, a autonomia dos

estados está em jogo (veja matéria ao lado). Por essa interpretação, os dois primeiros dispositivos constituem "ingerência no contrato de trabalho dos governos dos estados e municípios com seus professores, num desrespeito ao pacto federativo". O reajuste automático, com base em índice oficial de inflação, representaria "a reindexação da economia brasileira".



JORGE WOLL/SECS-PR



ANTONIO RAZ/PALÁCIO BRITANNIA

Acima, alunos da escola estadual Marcelino Shapagnat, do Paraná, um dos estados que contestam a lei. Ao lado, a governadora gaúcha Yeda Crusius, que questiona a lei federal, ao enviar na semana passada à Assembleia Legislativa projeto de lei sobre o piso estadual



Também professora, Ideli Salvatti anunciou protestos diários até que ação seja retirada



Presidente Lula sanciona a lei que cria piso salarial nacional do magistério, aplaudido pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. Mais tarde, lei se tornou alvo de ação no Supremo

Recursos em educação atingiram 4,4% do PIB em 2006

Os mais recentes dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), de 2006, mostram crescimento do investimento público direto em educação. Foram aplicados 4,4% do produto interno bruto (PIB), índice superior a 2005 (3,9%). A maior parcela do dinheiro se concentra na educação básica (3,7%).

Os dados de 2007 deverão ser divulgados em breve, mas o ministro da Educação, Fernando Haddad, aposta que eles serão ainda maiores. Contará para isso a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que entrou

em vigor no primeiro dia de 2007 e prevê maiores investimentos públicos no setor.

Também cresceram os investimentos por aluno, se comparadas as educações básica e superior. Em 2002, se gastavam dez vezes mais por aluno de nível superior do que no do ensino básico. Em 2006, essa proporção diminuiu para 6,7 e a expectativa do ministério é de que se atinja, nos próximos anos, o patamar ideal (entre três e quatro vezes).

"Não é possível igualar os investimentos. O custo por estudante da educação superior é maior, até porque inclui a pós-graduação. O mestrando e o doutorando valem como alunos de graduação, mas são ainda mais

caros", explicou o ministro, em entrevista à imprensa.

Tampouco estava em vigor, na última coleta de dados, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), que amplia o orçamento das universidades, em troca de um crescimento mais do que proporcional da matrícula, o que diminui o custo por aluno.

Dentro da educação básica, o equilíbrio também está maior, com o aumento do custo por aluno no ensino médio: R\$ 1.417 em 2006, em relação aos R\$ 1.036 em 2005. O investimento por aluno nessa etapa chegou a menos de R\$ 1 mil em 2002 e 2003.

Yeda diz que impacto financeiro da lei é insustentável para o RS

Uma das autoras da ação contra o piso salarial nacional para os professores, a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, buscou demonstrar na semana passada que não é contrária a todo o conteúdo da lei federal. Na terça-feira, ela encaminhou à Assembleia Legislativa projeto que instituiu piso salarial de R\$ 950 para jornada de 40 horas semanais ao magistério estadual.

A governadora veio a Brasília para um encontro com o vice-presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito. A sua argumentação central é que, se tiver que cumprir a lei federal, o orçamento de educação do estado, de 3,7 bilhões em 2007, já reserva 3,2 bilhões para pessoal e encargos. Porém, o aumento da carga horária extraclasse de 20% (como é hoje no estado) para 33%, como manda a lei,

implicaria a contratação de mais 27 mil professores, além dos atuais 83 mil. O impacto anual na folha de pagamento seria de R\$ 1,5 bilhão.

Já a secretária de Educação, Mariza Abreu, explicou que o estado não tem como pagar o piso nacional como estipula lei porque não foram levados em conta os benefícios que os servidores já possuem. Mariza assegura que o estado pagará em 2009 o piso nacional de R\$ 950 para quem cumpre jornada de 40 horas semanais, valor que inclui o adicional por tempo de serviço. Hoje, já existe um piso de R\$ 862,80, porém sem esse adicional.

– Os impactos financeiros da lei são insustentáveis, colocando em risco o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – conclui a secretária.

Os lados da polêmica

"Um país que não pode pagar R\$ 1.000 para um professor que cuida de 30 crianças não pode pretender ser um país desenvolvido."

Fernando Haddad, ministro da Educação

"Que Constituição é esta que pode ser usada para impedir que se pague um piso de R\$ 950 por mês aos professores?"

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

"A lei impôs aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios regras desproporcionais por implicarem despesas exageradas e sem amparo orçamentário."

Texto da ação direta de inconstitucionalidade entregue no STF por cinco governadores

"Os impactos financeiros desses aspectos da lei são insustentáveis, colocando em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Mariza Abreu, secretária de Educação do Rio Grande do Sul

"Se os estados e os municípios brasileiros não puderem honrar um compromisso tão modesto com esta geração de estudantes, precisamos, urgentemente, repensar o papel do Estado e dos governos para com a sociedade."

Manifesto da CNTE em defesa do piso nacional de professores

Paraná pode pagar, mas quer prerrogativa de decidir salários

Apesar de ter condições financeiras de pagar o piso nacional fixado em lei, o Paraná quer discutir a nova lei por outras razões. Segundo o procurador-geral do Paraná, Carlos Frederico Marés, o estado poderia arcar com o piso de R\$ 950 e o aumento de 20% para 33% do número de horas-atividade "sem maiores transtornos".

Como explicou o procurador, o governador Roberto Requião (PMDB) assinou a Adin para "preservar o princípio da autonomia que os estados detêm para definir os salários dos seus servidores públicos". E acrescentou que o piso do magistério paranaense já é maior – R\$ 1,3 mil, por 40 horas semanais.

– Se fôssemos aplicar a lei, não afetaria o salário dos professores. O que está sendo questionado é a prerrogativa que os estados têm de decidir o

salário dos seus servidores. Não se trata do interesse específico do Paraná, mas da autonomia de todos os estados – justificou Marés, lembrando que Requião busca salvaguardar futuros governos que venham a ter problemas para manter o padrão salarial atual.

Em Sergipe, o governador Marcelo Déda (PT), em nota oficial, já assegurou que, a partir de janeiro de 2009, vai iniciar o pagamento do piso. O secretário de Educação, professor José Fernandes de Lima, afirmou que o governo já fez um estudo do impacto na folha de pessoal.

– Desde o princípio firmamos o compromisso de pagar o piso salarial nacional dos professores. Estamos preparados para cumprir com a determinação, a partir de janeiro de 2009, como manda a lei – reforçou.

GERALDO MAGELA



Fátima Cleide se reúne esta semana com o ministro Joaquim Barbosa, relator da ação no Supremo



Cristovam Buarque critica o fato de governadores só se manifestarem contra a lei após as eleições

Senadores criticam ação de governadores

A professora e líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), anunciou que fará protestos diários no Plenário até que os governadores retirem a ação de inconstitucionalidade, já que a lei atende a uma reivindicação "justa e legítima dos professores". Na sua avaliação, a ação tem "viés político e partidário", antecipando as eleições de 2010. Ela lembrou que os governadores em nenhum momento questionaram o piso salarial enquanto ele era aprovado – por unanimidade – pelo Congresso.

Ideli informou que a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Piso Salarial vão se reunir nesta terça-feira com o relator da Adin no Supremo, ministro Joaquim Barbosa.

– Se eles [os governadores] conseguem no Supremo derrubar a lei, estarão derrubando,

na prática, não só a hora-atividade, mas o piso dos professores. Do que vai nos valer uma lei criando um piso que não tem data para entrar em vigor? – questionou.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) foi além e pediu o impeachment dos que apoiaram a ação no Supremo. Três dos cinco governadores são do seu próprio partido.

Ex-ministro da Educação, quando já defendia a instituição do piso nacional, Cristovam Buarque (PDT-DF) também apontou que os governadores só se manifestaram após as eleições municipais. Ele não concorda com o argumento de que a lei não respeita a autonomia dos estados.

– Que exemplos estamos dando à juventude ao dizer que a nossa Constituição não é capaz de atender às necessidades da educação? – concluiu.

CNTE vê contradição entre estados e bancadas

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, a decisão dos governadores revela "enorme contradição" com suas bancadas no Congresso, que aprovaram o piso por unanimidade.

– Os governadores aguardaram o fim do período eleitoral para apresentar a Adin – diz o professor, que anuncia uma mobilização nacional que vai acusar os contrários ao piso salarial de "inimigos da educação".

O líder da CNTE cita parecer da Advocacia

Geral da União (AGU) defendendo a lei, uma vez que impõe aos estados um piso maior para professores, proporcionalmente à jornada de cada um.

– A AGU sustenta que, caso seja necessário contratar novos professores, os estados terão tempo, já que a lei produzirá efeitos escalonados a partir de janeiro de 2009 – explica Franklin de Leão. A CNTE condena ainda a atitude por negar "aos estudantes, especialmente os de classes populares, o direito à educação de qualidade".

debates

Parlamentares de 16 países discutem biocombustíveis

Futuro dos combustíveis renováveis será debatido esta semana por parlamentares do exterior e do Brasil em São Paulo, onde também acontece uma conferência internacional sobre o mesmo tema

Parlamentares de 15 países, além do Brasil, estarão em São Paulo, nesta quarta-feira, para debater o futuro dos biocombustíveis. O evento coincidirá com a realização durante toda a semana, na capital paulista, de uma conferência internacional sobre o mesmo tema, promovida pelo governo brasileiro. A simultaneidade dos dois eventos não é casual, diz o senador João Tenório (PSDB-AL), presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. Ao contrário, tem o objetivo de aproximar os parlamentares do debate sobre o assunto.

Segundo João Tenório, tem

crescido no meio parlamentar a percepção da necessidade de inclusão das duas esferas de poder – o Executivo e o Legislativo – nos debates sobre os temas mais importantes das relações internacionais.

A “diplomacia parlamentar”, como observou, poderá evitar que os governos encontrem dificuldades junto a seus próprios parlamentos na hora de colocar em prática decisões tomadas unicamente entre



João Tenório, presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, acredita em disseminação da produção

representantes do Executivo. Para o senador, o encontro de parlamentares dos Estados Unidos e de países da Ásia e da Europa poderá ajudar a disseminar pelo mundo a

produção de biocombustíveis.

Um tema que deve ser debatido, diz o senador, é o das barreiras impostas por países industrializados à importação de biocombustíveis. Barreiras que muitas vezes são defendidas por parlamentares ligados aos produtores rurais de seus países. Para Tenório, deve-se admitir um grau de proteção de mercado suficiente para tornar atrativa a produção local de biocombustíveis.

– Se a produção local for totalmente desprotegida, haverá eliminação da produção em países como os EUA. Isso não é bom, porque então não haverá interesse no consumo dos biocombustíveis.

Energia e meio ambiente em debate no Parlatino

Com a presença de parlamentares de diversos países da América Latina, será realizada nesta semana, em Brasília, reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) para discutir energia e meio ambiente. Uma das principais questões a serem debatidas durante o encontro são os impactos ambientais de projetos hidrelétricos, de mineração e de produção de biocombustíveis.

A reunião, que será realizada no prédio do Interlegis, será promovida pela Comissão de Minas e Energia e pela Comissão de Meio Ambiente e Turismo, ambas do Parlatino. Nesta terça-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, deverá receber a visita de uma delegação com representantes desse parlamento.

Médico alerta para números do diabetes e colapso na saúde pública

O diabetes tipo 2 poderá atingir mais de 400 milhões de pessoas em todo mundo até 2030, caso não se altere o atual ritmo de aumento de incidência da doença. O alarmante prognóstico foi apresentado pelo médico Cid Pitombo durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo o especialista, o número de pessoas atingidas demandaria tratamentos cujos custos poderão levar ao colapso programas públicos e privados de saúde.

– O diabetes tipo 2 é hoje uma epidemia em todo o mundo, com mais de 200 milhões de portadores, dos quais 60% estão na Ásia. Em 2030, devemos chegar a 400 milhões de diabéticos e nenhuma nação terá dinheiro para pagar os tratamentos e as complicações inerentes à doença – advertiu.



Augusto Botelho (D) preside audiência na qual o médico Cid Pitombo prevê para 2030 a marca, no mundo, de 400 milhões de pessoas com diabetes tipo 2

Segundo dados apresentados pelo médico, só nos Estados Unidos são mais de 20 milhões de portadores do diabetes tipo 2, os quais absorveram US\$ 175 bilhões em tratamentos, só em 2007. No Brasil, disse, não existem estatísticas sobre os pacientes atendidos por planos privados de saúde, mas estima-se que existam cerca de 10 mi-

lhões de diabéticos.

Questionado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre formas de prevenção da doença, Pitombo disse ser essencial uma alimentação saudável e a prática regular de exercícios. Na presidência do debate, o senador Augusto Botelho (PT-RR) destacou a importância de campanhas de prevenção.

VISITA TCHECA

Senadores brasileiros poderão visitar, em breve, a República Tcheca. O convite para a visita foi feito pelo vice-presidente do Senado daquele país, Jiri Liska, ao presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Jiri Liska fez parte da delegação tcheca que visitou na semana passada o Senado e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou à delegação que o maior problema que o Brasil enfrenta para manter equilibrado o meio ambiente, inclusive o combate ao desmatamento e à poluição, principalmente nas grandes cidades, está na educação e na formação da população.

A senadora aproveitou a oportunidade para pedir aos membros da República Tcheca que estudem a viabilidade de fornecimento, ao Brasil, de tecnologia para o reaproveitamento da água.

Tratamento com insulina sofre preconceito no país

O médico disse existir no Brasil preconceito em relação ao tratamento clínico do diabetes tipo 2, que é baseado no uso de insulina. Para ele, o tratamento clínico, quando bem feito, apresenta bons resultados, mas pode tornar-se ineficiente ao longo dos anos. Por esse motivo, ele defende investimentos em pesquisas sobre cirurgias que fazem modificação no tubo digestivo e estimulam a produção de insulina. O diabetes tipo 2, explicou, é a forma mais comum da doença, afetando 95% dos diabéticos, que apresentam os primeiros sinais apenas na vida adulta.

ambiente legal

Brasil pode liderar setor de energia limpa

Um dos principais consultores da campanha do presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, na área de energia, o diretor do Centro de Leis e Políticas Ambientais da Universidade de Yale, Daniel Esty, afirma que o Brasil poderá

assumir a liderança global no setor de energia limpa. Para que isso ocorra, no entanto, o especialista diz que o país precisa se comprometer com a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa em seu próprio território.

Mudanças “dramáticas”

Daniel Esty acredita que Barack Obama traz a promessa de “mudanças dramáticas” em vários

setores, entre eles o ambiental, e vai se comprometer com um futuro de energia limpa.

Riso e músicas preferidas fazem bem ao coração

Ouvir as músicas preferidas pode fazer bem ao seu sistema cardiovascular, segundo pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Maryland, que já tinham mostrado, em 2005, uma relação entre o riso e a boa performance cardíaca. O novo estudo revelou que a audição de músicas agradáveis levou o diâmetro dos vasos sanguíneos a se ampliar em 26%. Já a música estressante fez os vasos encolherem 6%. Com música de relaxamento, a dilatação foi de 11%.

Maldívios querem novo país

O primeiro presidente das Ilhas Maldivas eleito democraticamente, Mohamed Nasheed, tomou posse falando em mudar o país de lugar, pois a elevação do nível das águas ameaça este pequeno arquipélago situado no meio do Oceano Índico. A idéia é comprar terras em outro país da região para abrigar 386 mil maldivios.

Procurador rejeita pneu usado

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, emitiu semana passada parecer contrário a decisões judiciais que permitem a importação de pneus usados para serem reformados no país. O assunto está sendo analisado pelo Supremo Tribunal Federal. O governo alega que a queima de pneus usados libera compostos químicos de elevado nível tóxico.

consciência negra



Senador Paim (E), Claudete Alves e Netinho, eleitos vereadores em São Paulo: reflexos positivos no país

Eleição de Obama pode ajudar causa brasileira

Debatedores na Comissão de Direitos Humanos acham que ascensão de negro à Presidência dos EUA serve de estímulo à mobilização

A eleição de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos foi apontada como um marco na luta pela igualdade racial, com reflexos positivos no Brasil, pelos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com o tema "O Negro no Brasil".

Para a vereadora por São Paulo Claudete Alves, a eleição de Obama demonstra que a população negra norte-americana, apesar de divergências, teve capacidade de articulação e interação com outros setores, viabilizando a vitória do candidato pelo partido Democrata.

– Os negros brasileiros precisam acordar e também buscar a união – opinou Claudete.

O cantor e apresentador Netinho de Paula, recém-eleito vereador na mesma cidade, apontou o desafio de se criar uma unidade no movimento negro brasileiro, "não apenas nas palavras, mas nas atitudes".

– É importante a comunidade

negra ter um espaço de fato na Câmara dos Deputados e no Senado, mas também é importante sonhar mais alto – afirmou.

Também Maria do Carmo Ferreira, assessora da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), vinculada à Presidência da República, e João Batista de Almeida, coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal, saudaram a eleição de Obama.

O debate integra um conjunto de eventos que estão sendo promovidos pela CDH em novembro – Mês da Consciência Negra, em referência à morte do líder negro Zumbi dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695 (veja quadro abaixo).

Defesa do Estatuto da Igualdade Racial

Na coordenação da audiência, o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, destacou a relevância de eventos celebrados em 2008, marcando avanços no sentido da eliminação da discriminação racial.

minação racial.

O parlamentar voltou a defender a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), que tramita na Câmara dos Deputados. Paim lembrou que a matéria foi acolhida de forma unânime no Senado.

No mesmo sentido, Claudete Alves pediu urgência na aprovação do estatuto pelos deputados e sua transformação em lei.

– O país nos deve 120 anos de uma abolição inacabada, ressaltou a vereadora.

Paim destacou ainda a importância da educação como condição para ampliar as oportunidades da população negra no mercado de trabalho e para viabilizar uma maior inserção na sociedade.

Para Maria do Carmo, as políticas de inclusão por meio da educação, como a de cotas em universidades, devem ser ampliadas. Ela lembrou que a criação da Seppir deve-se principalmente à mobilização dos grupos representativos desse segmento social.

Para Quintanilha, Brasil caminha "timidamente" para a igualdade

"No nosso país, já deveríamos ter superado há muito tempo a questão da igualdade racial", lamentou o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), na audiência pública realizada na CDH. Para ele, "embora timidamente", o Brasil tem avançado nesse campo. O senador disse acreditar num futuro em que as pessoas serão reconhecidas e se destacarão pela inteligência e pela capacidade de contribuir para o destino da sociedade brasileira, "independentemente da raça e da cor".

O coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal, João Batista de Almeida, lembrou que o órgão existe somente há três meses e, embora ainda "engatinhando", tem trabalhado bastante para corresponder às expectativas da comunidade brasileira.

– Sabemos, sim, do racismo que ainda existe no Distrito Federal, mas estamos trabalhando, pois sabemos que este é o nosso momento para filtrar o que é mais importante para termos condições de trabalhar – disse.

Já Maria do Carmo Ferreira da Silva, assessora da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial da Presidência, salientou a necessidade de contextualizar a história de todos os que têm contribuído para a discussão do tema.

– A gente volta aqui quantas vezes for necessário para contribuir com essa discussão, para que o Brasil tenha ações afirmativas enquanto políticas públicas – destacou.

Mais dois debates previstos

O presidente da CDH, senador Paulo Paim, lembrou que a audiência foi apenas a primeira do ciclo de debates que pretende realizar durante todo o mês de novembro sobre questões raciais.

Ele informou que, nesta quinta-feira, a discussão do colegiado será sobre a proposta de Estatuto da Igualdade Racial, projeto de sua autoria aprovado pelo Senado em 2005 (PLS 213/03).

Já no dia 24 de novembro, a CDH deverá reunir-se para debater a questão quilombola, com o tema "Quilombo de Amanhã", e, finalmente, no dia 27, o tema será "Direito, Matrizes Religiosas e Etnias Raciais".

Conteúdo de livro didático conteria estereótipos raciais

Mesmo sem veicular preconceitos explícitos, o livro didático brasileiro ainda reproduz estereótipos de gênero e raça, principalmente uma intensa sub-representação de negros, indígenas, mulheres e, inclusive, crianças. A afirmação foi feita em debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), pela pesquisadora Fúlvia Rosenberg, que coordena, na Fundação Carlos Chagas, o programa de bolsas de pós-graduação da



Senador Sérgio Zambiasi (E) e Nicola Neto, que representou os autores de livros didáticos

Fundação Ford.

Fúlvia citou estudo com sua co-autoria envolvendo o exame de 33 livros de português, em que são encontradas apenas duas meninas não-brancas nas ilustrações, ao lado de 241 personagens homens, todos brancos e adultos. Segundo ela, isso seria um indicador de discriminação. No entanto, esses indicadores ainda não são vistos desse modo pelas comissões de avaliação do livro didático, na aplicação dos critérios gerais de ética e cidadania que devem

orientar a seleção dos livros.

A audiência para tratar das políticas públicas para o livro didático foi convocada por sugestão do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Uma suposta "ideologização" dos textos, do ponto de vista político, foi vista como pouco importante pelos participantes. Além de Fúlvia, participaram Marcelo Pereira Soares Pereira, do Ministério da Educação, e José de Nicola Neto, da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale).

trabalho escravo

Fiscalização constata aumento de casos ligados ao etanol

Goiás e Alagoas lideram a lista de ações de resgates de trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo, conforme o Relatório da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego: em 2008, foram resgatados 867 trabalhadores no primeiro estado e 656 no segundo, o que representa 40% do total.

De acordo com Giuliana Cambauva Cassiano, chefe do órgão, o fato está ligado ao processo de expansão de usinas produtoras de etanol nesses estados, sendo que a maioria dos trabalhadores foi resgatada de propriedades produtoras de cana-de-açúcar.

– Em função da expansão do consumo e da exportação do etanol, Goiás e Alagoas, que são importantes produtores de cana-de-açúcar e concentram um grande número de usinas, foram foco da fiscalização no ano de 2008. E infelizmente, nós presenciamos essa situação nesses estados – observou a especialista.

Os dados foram apresentados na quinta-feira, em audiência pública na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, presidida pelo senador José Nery (PSOL-PA) e ligada à Co-



José Nery cobra do governo federal mais empenho para votar medidas de repressão ao trabalho escravo

missão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Giuliana destacou ainda a incidência de trabalho degradante em propriedades rurais no Pará e em Mato Grosso, onde foram resgatados 592 e 407 trabalhadores, respectivamente, este ano.

Também participaram do debate Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Renato Sant'Anna, diretor legislativo da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); José Armando Guerra, assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos; e Jonas Ratier Moreno, procurador do Trabalho.

comportamento

Dispensa de terno e gravata pode economizar dinheiro público

Senador Gerson Camata quer acabar com uso obrigatório do terno na administração federal e reduzir despesas com ar-condicionado

Gerson Camata (PMDB-ES) deve receber nos próximos dias um estudo que encomendou aos técnicos do Senado sobre os gastos da Casa com ar-condicionado. Com os dados em mãos, o senador espera reforçar sua proposta de abolir a obrigatoriedade de terno e gravata na Casa. Isso permitiria que os sistemas de refrigeração operassem para uma temperatura menos baixa, o que, por sua vez, economizaria energia.

– Só um prédio do Senado tem ar-condicionado central. Nos demais há aparelhos individuais. Então foi preciso mapear todos os aparelhos e agora os técnicos vão avaliar o consumo de cada um para fazer uma estimativa

do custo total de energia – disse ao **Jornal do Senado** o chefe de gabinete do senador, Célio Araújo.

Camata anunciou que apresentaria sua proposta à Mesa do Senado em 29 de outubro, um dia após Brasília registrar seu recorde histórico de calor, com máxima de 35,8°C. Na marca anterior, de outubro de 1963, os termômetros atingiram 34,4°C, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia.

Aliada à baixa umidade do ar da capital federal – que atinge pontos críticos entre julho e outubro –, a sensação de calor que o brasileiro enfrenta no dia-a-dia foi usada como argumento por Camata. “Num país tropical como o Brasil, por que é que nós temos de nos vestir com traje europeu?”, questionou ele, durante discurso em que lançou a idéia.

O parlamentar elogiou a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, que em julho recomendou o uso de roupas leves a seu corpo de funcionários e ajustou a temperatura do ar-condicionado de 22°C para 25°C (veja reportagem nesta página).

Gerson Camata sugeriu que a administração federal se inspire no exemplo da ONU e diminua a intensidade dos sistemas de ar-condicionado nos prédios pú-



Secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon dá o exemplo: sem gravata e com economia de energia elétrica

blicos de Brasília. Também pediu que a obrigatoriedade do uso de terno e gravata seja abolida não apenas no Senado, mas na Câmara e em outras repartições da capital. Seriam medidas de economia de dinheiro público e, em tempos de aquecimento global, de diminuição de emissões de carbono na atmosfera, argumentou o senador.

Ele observou que, no caso das mulheres, já há maior liberdade de vestimenta. E lembrou o caso de Heloísa Helena, senadora pelo PSOL entre 1999 e 2006. “Temos a Heloísa Helena, que se veste com uma calça *jeans* e uma camisa branca e não perde a dignidade. O que faz perder a dignidade é o nepotismo, a roubalheira, a sem-vergonhice”, disse Camata, referindo-se ao traje que a ex-senadora usava no Congresso. “Mas também não quero obrigar ninguém a deixar de usar terno e gravata.”

ONU adota roupas leves, reduz emissões e economiza US\$ 1 mi

Com o objetivo ecológico de economizar energia, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou no final de julho, durante o verão no hemisfério norte, um projeto batizado de *Cool UN* (“ONU Fresca”, em inglês, mas que também pode ser algo como “ONU Maneira”, numa tradução livre), que previa um aumento na temperatura dentro de suas instalações. No caso da sede do Secretariado da ONU, em Nova York, o termostato do ar-condicionado passou de aproximadamente 22°C para 25°C.

Por causa da mudança, o secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon, afrouxou o código de vestimenta para que os cerca de 5.000 funcionários pudessem se adaptar ao aumento da tempera-

tura ambiente. Recomendou a eles que trocassem o terno e a gravata tradicionais por trajes informais, mais leves.

A ONU calculou que a redução no uso do ar-condicionado economizaria até US\$ 100 mil na conta de luz do edifício. Além disso, evitaria a emissão, por mês, de 300 toneladas de dióxido de carbono (CO₂), um dos gases causadores do efeito estufa. Por ano, a economia chega a US\$ 1 milhão.

O teste da *Cool UN* foi feito em pleno calor de agosto em Nova York, mas a medida vai se estender até o inverno. “Tivemos sucesso em colocar a mudança climática no topo da agenda internacional, o que significa que a ONU também deve fazer sua parte”, disse Ban Ki-moon.



GERALDO MAGELA

Camata sugere que toda a administração federal também dispense o uso obrigatório de terno

Iniciativa divide as opiniões dos parlamentares

A julgar pela opinião de alguns parlamentares, a proposta de Gerson Camata de abolir a obrigatoriedade do uso de terno e gravata não será consensual. Pedro Simon (PMDB-RS), por exemplo, declarou ser contra a idéia. Ele falou do assunto na semana passada em discurso sobre fidelidade partidária em que acabou mencionando a necessidade de se manter os valores e tradições da Casa.

– Concordo que o hábito não faz o monge, mas aqui no Senado, no Congresso, já perdemos tanta coisa que o que resta para olhar no nosso Senado é a gravata e o casaco. Se até isso perdermos, vai sobrar o quê? O resto da nossa tradição, da nossa história vai indo com o tempo. Acho, com toda sinceridade, que pelo menos a gravata e o casaco

devemos manter – disse Simon. O presidente Garibaldi Alves já havia dito que precisaria conversar com Camata para poder avaliar melhor a proposta.

– A dispensa do terno e da gravata precisaria passar por um período de transição. Se for mudado rapidamente, vai haver um choque visual. Não aparecer camisas esporte e termina havendo uma liberação geral. Vou conversar com o Camata e conhecer melhor suas intenções, seus critérios – afirmou Garibaldi, considerando ser uma atitude sensata procurar alternativas ao uso do ar-condicionado na Casa que representem uma defesa contra o aquecimento global.

Delcídio Amaral (PT-MS) também teve cautela no trato do tema. “O Brasil é um país quente para se adotar o hábito de se usar

roupas pesadas. Mas penso que o Congresso é um espaço solene, que exige certas liturgias, e o uso do terno é uma delas”, opinou.

O estilista e deputado Clodovil Hernandes (PTC-SP) disse o seguinte ao jornal *Correio Braziliense*: “Acho o fim, horrível mesmo. Fico pensando que, se começarem a avacalhar as coisas desse jeito, onde vamos parar?”

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) observou que sua tendência é aceitar bem a idéia da informalidade no traje.

– Vivemos em Brasília os dias mais quentes do ano e imagino que as pessoas poderiam ficar melhores se estivessem vestidas de forma mais casual. O problema é que no Congresso todos são chamados de excelência ou doutor e o traje despojado não lembra esse *status* – afirmou.

Origem no campo de batalha

A origem da gravata remonta à Guerra dos 30 Anos, que envolveu diversos países europeus entre 1618 e 1648. Na época, mercenários vindos da Croácia lutaram ao lado dos franceses contra o Sacro Império Romano-Germânico. Os integrantes dessa tropa croata tinham o costume de trazer amarrada ao pescoço uma tira de tecido.

O tal acessório virou moda depois da guerra e se espalhou pela Europa. O nome, segundo os etimologistas, vem do eslavo *hrvat*, que significa croata.

O termo teria passado a um dialeto alemão como *krawat* e em seguida ao francês *cravate*. Daí a versão em português: gravata.

A gravata assumiu inúmeros formatos a partir do século 17. Um modelo



Rei Luis XIV da França e uma “gravata” do Século 17. Modelo atual surgiu nos anos 1920

mais discreto só surgiu no século 19, na época da Revolução Industrial. A gravata com as feições atuais saiu da máquina de costura do alfaiate nova-iorquino J. Langsdorf, na década de 1920.

presidência

“Congresso precisa legislar sobre fidelidade partidária”

Ao comentar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que confirmou a constitucionalidade de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre fidelidade partidária, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu que o Legislativo regulamente de maneira cabal a questão da perda de mandato eletivo por infidelidade partidária.

A resolução do TSE definiu que o mandato político pertence ao partido, e não ao candidato. Por essa decisão, ficou estabelecido que deputados federais, estaduais e vereadores que mudaram de legenda depois de 27 de março de 2007, sem justa causa, deverão devolver seus mandatos para os partidos que os elegeram. Para os senadores, a regra vale no caso de mudança de partido depois de

16 de outubro de 2007.

Garibaldi comentou ainda a proposta de reforma política que o governo enviou ao Congresso, a qual permite que se abra uma janela até um mês antes da realização de convenções partidárias para escolha de candidatos em ano eleitoral, para que os detentores de mandatos possam trocar de legenda. Na visão do presidente, um tema da importância da fidelidade partidária não deveria ser tratado com soluções “paliativas”, mas, sim, definido de vez pelos parlamentares.

– Em vez de se discutir esse problema em termos de como o sujeito vai escapar, acho que deveríamos ter uma lei permanente listando todas as situações em que parlamentar poderia deixar o partido – disse.

Ajufe entrega documento a Garibaldi

Com o objetivo de tentar evitar a aprovação da PEC 34/08, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que cria o cargo de juiz supervisor dos juizados especiais, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Cesar Baptista de Mattos, visitou Garibaldi Alves. De acordo com a PEC, a remuneração dos novos juizes não seria superior a 40% do cargo de juiz substituto. E é esse o ponto mais combatido pela Ajufe.

– Não se pode criar uma categoria de juizes de segunda classe ganhando muito menos do que ganha um juiz hoje – afirmou Fernando.

Garibaldi, acompanhado do advogado-geral do Senado, Luiz Fernando de Mello Filho, e do consultor-geral da Casa, Bruno Dantas, recebeu do presidente da Ajufe um documento contendo argumentos contrários à aprovação da PEC e propostas para o aperfeiçoamento do sistema judicial, como sugestões de reforma do Código de Processo Penal.

institucional

CDH lança campanha pelo fim da violência contra a mulher

O Senado dará mais uma contribuição para o debate sobre a violência contra a mulher com o lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher deste ano pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em parceria com a bancada feminina da Casa.

A campanha, que completa 18 anos em 2008, é desenvolvida em 154 países. Este ano, o slogan é “Há momentos

em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se!”, informou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MS). O Congresso realizará uma sessão solene no dia 27, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração ao Dia Internacional para o Fim da Violência Contra a Mulher.

O Senado também vai comemorar a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, de terça a quinta-feira.

Servidoras do Senado já podem contar com licença-maternidade

A concessão de licença-maternidade de seis meses às servidoras do Senado foi publicada no dia 7, em forma de ato do presidente da Casa, Garibaldi Alves. O documento está de acordo com a Lei 11.770/08, que dá incentivos às empresas privadas que estenderem a licença-maternidade de suas funcionárias por 60 dias. O artigo 2º da lei permite à administração pública instituir programa de prorrogação da licença. “Tomei essa iniciativa, inclusive, para dar um exemplo de como isso deve ser feito”, disse Garibaldi.

Biblioteca digital supera 100 mil acessos em julho

Passado pouco mais de um ano de sua implantação, a Biblioteca Digital do Senado Federal já tem o que comemorar: somente em julho último recebeu mais de 100 mil acessos pelo site oficial da Casa e outros 25 mil acessos abertos, via internet. Essas e outras conquistas da biblioteca foram compartilhadas com as outras 14 bibliotecas digitais existentes no país no XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, encerrado na semana passada na Universidade de São Paulo (USP).

GERVÁSIO BAPTISTA/COSTEF



Plenário do STF: tribunal confirmou, no último dia 12, a constitucionalidade de resolução do TSE sobre perda de mandato eletivo em caso de infidelidade partidária

SERVIDORES CORRUPTO

Garibaldi Alves afirmou, na última segunda-feira, que os servidores públicos corruptos são minoria. Para ele, os casos de corrupção envolvendo grandes autoridades levam a uma generalização.

– O servidor em geral não tem esse perfil – disse, comentando pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), segundo a qual 18,1% dos funcionários públicos admitem já ter cobrado propina.

PREFEITO ELEITO

Acompanhado do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e dos deputados mineiros Virgílio Guimarães (PT-MG) e Carlos Willian (PTC-MG), o prefeito eleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), visitou na quarta-feira passada o gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Garibaldi: Lei de Imprensa não deve restringir, mas regular

Em entrevista à Rádio Senado, Garibaldi Alves Filho, que já foi repórter, analisou a relação entre os políticos e a imprensa. Para o presidente do Senado, não há necessidade de uma lei que regulamente a atividade jornalística, mas, se ela existisse, poderia “evitar alguns excessos”.

– Essa lei ainda não veio porque realmente o que se teme é que uma lei em vez de vir para regular possa vir para restringir – explicou.

MEMÓRIAS

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou, na quarta-feira passada, da cerimônia de lançamento do livro *A escola que vivi – Memórias de um educador*, do professor da Universidade do Rio Grande do Norte João Faustino Ferreira.

João Faustino – 1º suplente de Garibaldi – já foi deputado federal e integrou o Conselho Federal de Educação.

COMENDA GAÚCHA

Ainda na manhã da última quinta-feira, Garibaldi Alves recebeu a comenda *Longa Manus* (Mão Longa) dos oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul, entregue pelo presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, Paulo Sérgio Costa da Costa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Série apresenta a vida e a obra de grandes pintores

Delacroix, Caravaggio e Rembrandt estarão na série *Retrato de um gênio artístico*, que vai ao ar em três edições, sempre aos sábados

A TV Senado estreia nesta semana a série *Retrato de um gênio artístico*, sobre a vida e a obra de três grandes pintores do mundo. Iniciando a série neste sábado, o pintor Delacroix, ícone do romantismo francês. No dia 29, o programa mostra a trajetória do italiano Caravaggio e, por último, dia 6 de dezembro, do holandês Rembrandt.

Os documentários são inéditos no Brasil e, além da vida e obra, mostram os locais onde viveram e se inspiraram esses artistas. Os amores, as paixões e o dia-a-dia desses homens que registraram em suas obras grande parte da vida humana. Cada programa tem uma hora de duração.

Ferdinand Victor Eugène Delacroix nasceu numa família da alta burguesia, e seu pai chegou a ser ministro da República. Alguns acreditam que seu pai natural teria sido na realidade o príncipe Talleyrand, seu mecenas. Delacroix teve uma educação esmerada, que o transformou num erudito precoce:

frequentou prestigiosos colégios de Paris, teve aulas de música no Conservatório e de pintura na Escola de Belas-Artes. Também aprendeu aquarela com o professor Soulier e trabalhou no ateliê do pintor Pierre-Narcise Guérin, onde conheceu Géricault. Visitava quase todos os dias o Louvre, para estudar as obras de Rafael e Rubens.

Seu primeiro quadro importante foi *A Barca de Dante* – a obra deste escritor italiano foi um dos temas preferidos do romantismo. A tela lembra *A Barca da Medusa*, de Géricault, para quem o pintor havia posado.

Alguns críticos viram na composição do jovem artista o dinamismo de Rubens e o traço de Michelangelo. Não receberam a mesma aprovação seus quadros *O Massacre de Chios* (1822), *A Morte de Sardanápalo* (1827) e *A Tomada de Constantinopla pelos Cruzados* (1840), baseadas em



O quadro *A Liberdade Guiando o Povo*, de 1830, impressionou os espectadores: Delacroix será o primeiro artista apresentado na série da TV Senado

temas exóticos e históricos, de composições bem mais caóticas e de uma dramaticidade e simbolismo cromático incompreensíveis para a Academia.

Delacroix se interessou também pelos temas políticos do momento. Sentindo-se um pouco culpado pela sua pouca participação nos acontecimentos do país, pintou *A Liberdade Guiando o Povo* (1830), um quadro que o Estado adquiriu e que foi exibido poucas vezes, por ter sido considerado excessivamente panfletário. O certo é que a Bandeira francesa tremulando nas mãos de uma liberdade resoluta e destemida, prestes a saltar da tela, impressionou um número não pequeno de espectadores. Essa obra de Delacroix é a capa do álbum *Viva la Vida or Death and all his Friends* de 2008, da banda Coldplay.

Depois de uma viagem ao Marrocos, o pintor renovou

sua linguagem pictórica. A cor parece ter-se tornado independente da composição, e mesmo quando beirava perigosamente os limites do decorativo ganhou uma força expressiva. A importância do pintor francês para a história da arte exprime-se principalmente na pesquisa de cores por ele desenvolvida: Delacroix representava a sombra das suas figuras não mais seguindo o *sfumato* renascentista, mas aplicando a cor complementar à cor local. Dessa forma, aplicava o verde para sombrear o vermelho, por exemplo.

Em 1833, Delacroix foi contratado para decorar o palácio do rei em Paris, o Palácio de Luxemburgo e a biblioteca de Saint-Sulpice. Hoje em dia os quadros de Delacroix são disputados pelos melhores museus e colecionadores, existindo até um famoso museu em sua honra em Paris, o Museu Delacroix.

Obra de Dante Alighieri foi um dos temas preferidos de Delacroix

O polêmico uso de videoconferência em interrogatórios

O uso de videoconferência em interrogatórios de criminosos será o tema do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, da Rádio Senado. Os convidados do programa são os senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), o secretário-geral adjunto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto Toron, e o jurista Ives Gandra Martins.

O projeto de lei que permite o uso desse recurso tecnológico é de Aloizio Mercadante (PT-SP). O relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou um texto substitutivo que foi aprovado no Senado na quarta-feira e enviado à Câmara dos Deputados. O *Conexão Senado* vai ao ar às 12h.

Os ouvintes de Brasília podem sintonizar a Rádio Senado na estação 91,7 FM; os de Natal, na 106,9 FM. Na internet, é possível acompanhar a programação ao vivo pelo site www.senado.gov.br/radio.

Reconhecimento de paternidade

O *Fique por Dentro da Lei* tem como convidado o advogado Hector Freitas, que irá falar sobre a legislação no reconhecimento de paternidade no Brasil. Pelo menos 8% das certidões de nascimento dos brasileiros contêm a expressão “pai ignorado” ou “pai desconhecido”. O programa vai ao ar nesta segunda-feira, às 10h, na Rádio Senado.

TV Senado
Sábado, 22/11, às 15h30



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

RPG

Comunico-lhes que no caderno *Especial Cidadania*, edição nº 238, no subtítulo "Método é praticado por mais de 10 mil fisioterapeutas em nove países", consta que os cursos básicos são ministrados em três fases: duas de dez dias e a última de cinco dias, totalizando 300 horas/aula. Considerando que o total é de 25 dias; uma carga horária de quatro horas/aula/dia; o tempo total não passa de 100 horas/aula. Ou o tempo de estudos é maior, ou o número de horas/aula é menor.

Carlos Almeida, de São Paulo (SP)

Sou fisioterapeuta com formação em RPG. Não existe "rpgista", existe sim fisioterapeuta com formação em RPG. Não é necessário ser formado somente pelo [método] Souchard para aplicar o RPG. Podem pesquisar no Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Eustáquio Rodrigues dos Santos, de Janaúba (MG)

Nota da redação – A matéria não menciona a carga horária de quatro horas aula/dia, somente o número de dias e o total de 300 horas/aula. A informação está na página do Instituto Philippe Souchard na internet (www.rpgsouchardinst.com.br) e foi confirmada por telefone pela reportagem. O instituto é a única entidade da área no Brasil indicada pela Sociedade Brasileira de RPG. Na página desta instituição, é utilizado o termo "rpgistas" para designar o fisioterapeuta especializado na técnica.

Piso para professor

Há anos os professores e a sociedade se empenharam por um piso salarial e, agora, governadores de alguns estados estão tentando acabar com essa conquista. Desse modo, estão

desrespeitando o Congresso e o povo brasileiro. Parabéns aos senadores, que defenderam na tribuna os professores.

Antonio Cleiton Brilhante Sousa, de Pentecoste (CE)

Voto facultativo

Os políticos do Brasil não aprovam o voto facultativo porque não lhes convém. Com o voto facultativo, somente eleitores esclarecidos e conscientes farão questão de votar, e conseqüentemente será mais difícil comprar votos.

Lindecy Pereira de Araújo, de Canindé (CE)

Verba indenizatória

Acompanho a verba indenizatória e vejo que um número considerável de senadores gasta sua verba mensal com serviços de consultoria e afins. Creio que o Senado poderia mostrar mais transparência divulgando que tipos de consultorias são essas, bem como quem são os prestadores desses serviços.

Júlio Cesar Lima Santana, de Duque de Caxias (RJ)

Finanças públicas

O Brasil necessita urgentemente de uma legislação de proteção das finanças públicas. Somente assim poderíamos separar o joio do trigo, louvar os administradores públicos capazes e honestos e banir aqueles que se servem de cargos para satisfazer apetites pessoais e de seus grupos.

Juliano de Oliveira, de Custódia (PE)

Respeito à diversidade

O país necessita urgentemente de uma legislação que assegure o respeito à diversidade e torne crime ações que incitem discriminação ou preconceito de qualquer tipo.

Acsa Brenna da Costa, de Belo Horizonte (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Anistia é perpétuo esquecimento

Efraim Morais, para quem a tortura merece condenação, mas é inaceitável fabricar uma crise revolvendo o passado enquanto a conjuntura já oferece desafios suficientes.

A decisão dos governadores tem um viés político-partidário explícito e escancarado, antecipando as eleições presidenciais de 2010

Ideli Salvatti, criticando a ação de cinco governadores no STF contra o piso salarial nacional para os professores.



Concordo que o hábito não faz o monge, mas aqui no Senado já perdemos tanta coisa que o que resta para olhar é a gravata e o casaco. Se até isso perdermos, vai sobrar o quê?

Pedro Simon, sobre a proposta de acabar com a exigência de terno e gravata na Casa.

Barack Obama estará em breve contribuindo para acabar com o muro que separa os Estados Unidos do México e do restante da América Latina

Eduardo Suplicy, elogiando o caráter conciliador do presidente eleito norte-americano.

Se isso acontece em Brasília, dá para imaginar o que ocorre no resto do país

Serys Shessarenko, lamentando que, apesar da Lei Maria da Penha, continuam a ocorrer crimes chocantes contra as mulheres.

A medida provisória premia as falsas filantropias. Na linguagem popular, trata-se de uma medida de proteção à "pilandropia"

Arthur Virgílio, ao apontar irregularidades na MP 446.

Isso não pode ser objeto de prazo, de "janela". Não podemos ficar submissos à ditadura de um partido, mas precisamos de critérios para que um parlamentar possa sair e as condições em que pode perder o mandato

Renato Casagrande, criticando proposta que permite troca de partido nos sete meses anteriores à eleição.

É um verdadeiro *Big Brother*

Garibaldi Alves, sobre a relação entre políticos e imprensa no Congresso.

Não tem o menor sentido anunciar o pré-sal como a salvação da lavoura, porque é uma falácia. Não se pode iludir o Brasil e o mundo com uma inverdade

José Agripino, elogiando decisão da Petrobras de não priorizar investimentos para extrair petróleo da camada pré-sal.



pergunte ao senador

Vantagens da transposição do rio São Francisco

"Quais as vantagens e as desvantagens para o povo nordestino com a transposição das águas do rio São Francisco?"

Paulo Viana de Sousa, Brejo (MA)

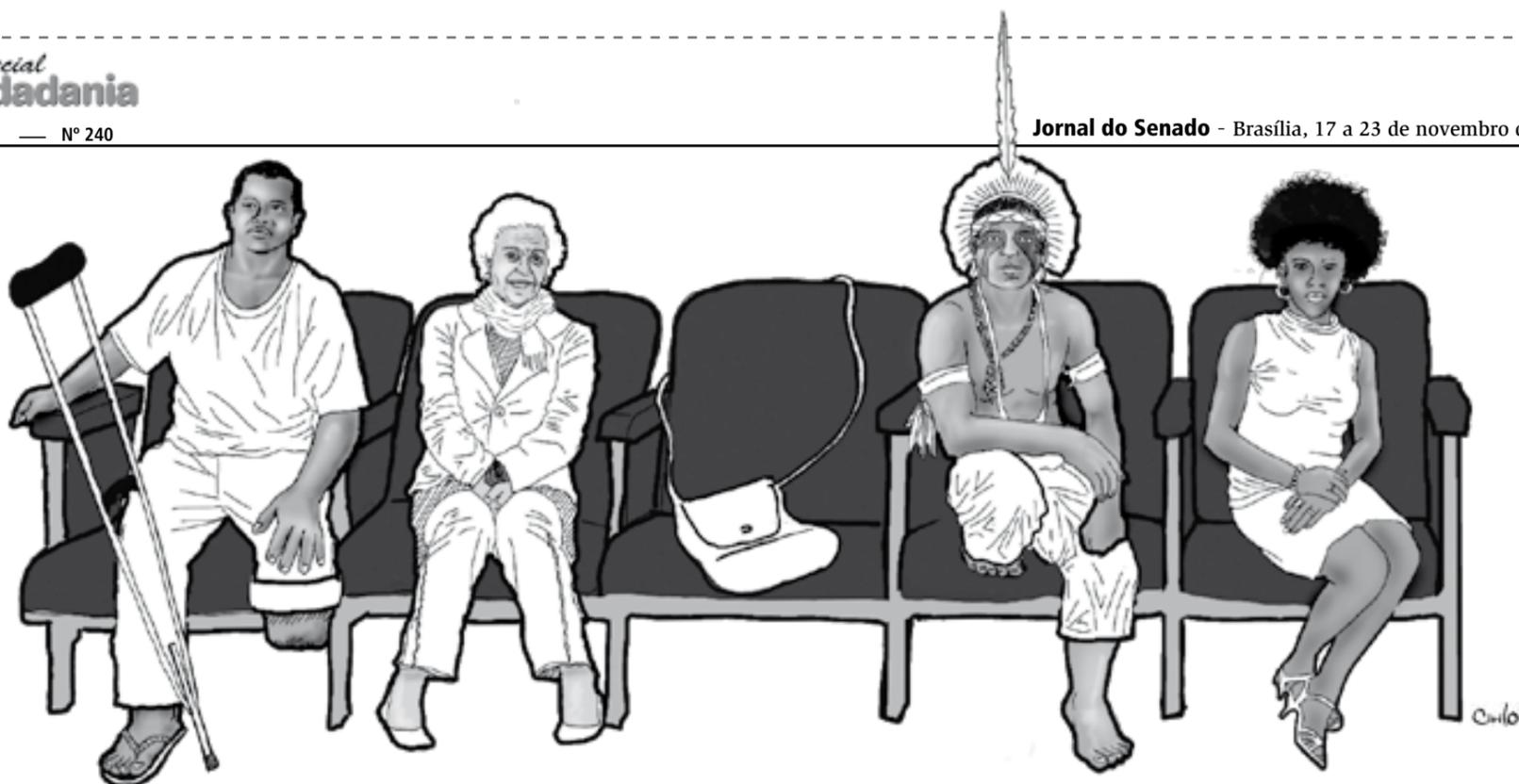
O senador **Wellington Salgado (PMDB-MG)** responde:

Tivemos varias audiências públicas sobre a transposição das águas do São Francisco e ficou claro que o impacto sobre a vazão do rio com o projeto será mínimo, se compararmos com a quantidade de água que o rio despeja no Oceano Atlântico. Diante disso, meu posicionamento é

favorável à obra, a exemplo do que ocorreu com a construção do Canal do Trabalhador no Ceará, que levou grandes vantagens para a população que antes enfrentava sérios problemas com a falta d'água. O mesmo deverá ocorrer, no futuro, com os canais que irão levar a água do São Francisco a vários estados, para abastecer as cidades e também para beneficiar os projetos agrícolas com irrigação. O empreendimento vai assegurar oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de cidades da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do semi-árido se dará com a retirada contínua de 26,4 metros cúbicos de água por segundo, o equivalente a 1,4% da vazão

garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 metros cúbicos de água por segundo) no trecho do rio onde se dará a captação. Desvantagens no projeto, eu não vejo, mas algumas pessoas preferem não tomar conhecimento dos trabalhos técnicos já realizados. Hoje nós vivemos num mundo que se beneficia das novas tecnologias e de estudos avançados que oferecem, sem dúvida, resultados confiáveis.





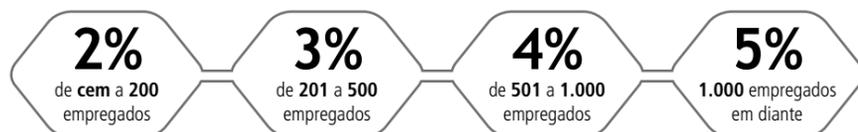
Cotas buscam garantir cidadania

As cotas no Brasil são alvo de polêmicas e, entre aquelas determinadas por lei, algumas acabam não sendo cumpridas, como no caso das vagas de trabalho reservadas para pessoas com deficiência: muitas vezes há carência de profissionais qualificados.

Cotas nas universidades públicas para negros, índios e estudantes de escolas públicas já são uma realidade em muitas instituições do país, mesmo sem a regulamentação de uma lei federal. Confira neste *Especial Cidadania* as reservas de vagas existentes no país.

Cotas nacionais

Pessoas com deficiência – Segundo a **Lei 8.213**, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, as empresas são obrigadas a preencher seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência. A proporção de deficientes varia conforme a empresa, de acordo com o total de empregados.



No serviço público federal, a **Lei 8.112/90** garante às pessoas com deficiência o direito de se inscrever em concurso público para cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Nesse caso, a lei reserva até **20%** das vagas dos concursos.

Mulheres na política

A **Lei 9.100/95**, que estabeleceu normas para as eleições municipais de 1996, determinou que **20%**, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação seriam preenchidas por candidaturas de mulheres. Em 1997, a **Lei 9.504**, que dispôs normas para as eleições, fixou que cada partido ou coligação reservaria o mínimo de **30%** para candidatas e o máximo de **70%** para candidatos para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais. Para o pleito de 1998, a lei previa que cada partido ou coligação deveria reservar para candidatos de cada sexo, no mínimo, **25%** e, no máximo, **75%** do número de candidaturas que pudesse registrar.

Servidores públicos nas universidades

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (**9.394/96**) determina que as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. Mas a **Lei 8.112/90** prevê que o servidor público estudante – assim como seu cônjuge e seus dependentes – que mudar de sede no interesse da administração terá assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênera (privada, se privada for a de origem, ou pública, se for egresso de instituição pública), em qualquer época, independentemente de vaga.

Vagas já são reservadas em 45 universidades públicas

De acordo com levantamento feito pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o sistema de cotas é aplicado em **45** instituições de ensino superior públicas do país, sendo **22** federais (de um total de **53**) e **23** estaduais (de um total de **35**).

A reserva de vagas nessas universidades é concedida a alunos procedentes de esco-

las públicas ou com renda familiar de até um salário mínimo (reserva social), negros e índios (reserva racial) e pessoas com deficiência (veja lista completa ao lado).

Na maioria dos casos, as cotas serão aplicadas por tempo determinado, como na Universidade de Brasília (UnB), onde o sistema foi iniciado em 2004 e terá a duração de dez anos.

Proposta no Congresso procura estender sistema

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou projeto de lei do Senado (PLS 546/07) que institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação superior, profissional e tecnológica. A proposta foi aprovada pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) e agora está na Câmara. Os deputados irão examiná-la em conjunto com o projeto de lei (PL) 73/99, da deputada

Nice Lobão (DEM-MA), que reserva metade das vagas das universidades públicas para preenchimento com base no rendimento escolar dos alunos durante o ensino médio. Outro projeto de lei que será analisado em conjunto com os já citados é o PL 3.627/04, apresentado pelo Poder Executivo, que institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

Universidades públicas que têm regras especiais de acesso

Federais

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – 50% das vagas para alunos da rede pública, afrodescendentes e pessoas com deficiência.
- Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – 50% das vagas para alunos da rede pública, afrodescendentes e pessoas com deficiência.
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes, além de criar vagas para índios quando há demanda.
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) – 20% das vagas para afrodescendentes e indígenas.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – reserva social de 50% das vagas

- Universidade Federal da Bahia (UFBA) – cerca de 35% das vagas são reservadas a candidatos de escolas públicas que se declararem negros ou pardos; cerca de 5% das vagas são destinadas a candidatos de escolas públicas de qualquer etnia; 2% das vagas são para candidatos de escola pública indígenas.
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) – 50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.
- Universidade Federal do Piauí (UFPI) – reserva social de 5% das vagas.
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – reserva social e racial de cerca de 50% das vagas. Alunos com deficiência têm duas vagas, assim como os indígenas.
- Universidade Federal de Alagoas (Ufal) – 20% das vagas para negros, sendo 40% para homens e 60% para mulheres.
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 50% das vagas para alunos de escolas públicas, sendo 20% para negros, 2,5% para a comunidade quilombola, 2,5% para indígenas e 5% para alunos com deficiência.
- Universidade Federal do Tocantins (UFT) – 5% das vagas são reservadas a indígenas.
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – reserva social e racial de 20% das vagas.
- Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – 10% das vagas para afrodescendentes.
- Universidade Federal do ABC (UFA-BC) – 50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.

- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – 25% das vagas para afrodescendentes e 25% para alunos da rede pública.
- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – cerca de 10% das vagas para indígenas.
- Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – 40% das vagas para alunos de escolas públicas.
- Universidade de Brasília (UnB) – 20% das vagas para afrodescendentes (cria vagas extras em alguns cursos para índios).
- Universidade Federal do Pará (UFPA) – 50% das vagas para alunos de escolas públicas, sendo 40% destas destinadas a afrodescendentes.
- Universidade Federal Rural de Amazônia (Ufra) – reserva social de cerca de 40% das vagas.

Estaduais

- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – reserva social de 50% das vagas, além de 10% para alunos com deficiência.
- Universidade Estadual de Londrina (UEL) – 20% das vagas para negros de escolas públicas e 20% para alunos de escolas públicas em cada curso.
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – 15% das vagas em cada curso para alunos de escolas públicas e 6% para afrodescendentes.
- Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escola pública e 5% para alunos com deficiência.
- Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (Faetec) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para alunos com deficiência.
- Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para alunos com deficiência.
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para alunos com deficiência.
- Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para indígenas e alunos com deficiência.
- Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para indígenas e alunos com deficiência.
- Escola Superior de Ciências da Saúde/DF (ESCS) – 40% das vagas para alunos da rede pública do Distrito Federal.
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – adota pontuação adicional de 30 pontos para alunos de rede pública e, além desses, mais dez pontos para afrodescendentes carentes.
- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) – Adota pontuação adicional de 30 pontos para alunos de rede pública e, além desses, mais dez pontos para afrodescendentes.
- Faculdade de Tecnologia/SP (Fatec) – Adota pontuação adicional de oito pontos para alunos de escolas públicas e mais dois pontos se o candidato for negro.
- Universidade Estadual do Maranhão (Uema) – 50% das vagas para alunos de escolas públicas (sendo 20% para afrodescendentes) e 5% para alunos com deficiência, além de vagas fixas para indígenas.
- Universidade Estadual da Bahia (Uneb) – 40% das vagas para afrodescendentes e alunos da rede pública, e 5% para alunos com deficiência.
- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – 50% das vagas para quem cursou o ensino médio e pelo menos dois anos do ensino fundamental em escola pública (dessas vagas, 80% serão destinadas a candidatos negros).
- Universidade de Pernambuco (UPE) – 20% das vagas para alunos de escolas públicas do estado.
- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – 20% das vagas para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas.
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – 50% das vagas para alunos que cursaram integralmente a educação básica em escolas públicas do estado.
- Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 45% das vagas para negros e indígenas que tenham estudado em escola pública.
- Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) – 25% das vagas para negros.
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – 20% das vagas para negros e 10% para indígenas.
- Universidade Estadual do Amazonas (UEA) – 80% das vagas são destinadas a alunos da rede pública, sendo 60% para alunos de escolas públicas do estado e 20% para alunos da rede pública de outros estados. Tem vagas fixas por curso para indígenas de etnias do estado.